



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO – IFMT - *CAMPUS* CÁCERES

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE
AO NÍVEL MÉDIO
MODALIDADE: PRESENCIAL

CÁCERES – MT
2014

EQUIPE DIRETIVA

JOSÉ BISPO BARBOSA

Reitor

GHILSON RAMALHO

Pró-Reitor de Ensino

ANTÔNIO CARLOS VILANOVA

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

LEVI PIRES DE ANDRADE

Pró-Reitor de Extensão

GLAUCIA MARIA BARROS

Pró-Reitora de Administração

DEGMAR FRANCISCO DOS ANJOS

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

CACILDA GUARIM

Diretora do Ensino Médio da PROEN

MARILANE ALVES DA COSTA

Diretora de Graduação da PROEN

OLEGÁRIO BALDO

Diretor-Geral IFMT/*Campus Cáceres*

MILSON EVALDO SERAFIM

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional - IFMT/*Campus Cáceres*

LILIANA KARLA JORGE DE MOURA

Coordenadora Geral de Ensino - IFMT/*Campus Cáceres*

JUBERTO BABILÔNIA DE SOUSA

Coordenador do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio -
IFMT/*Campus Cáceres*

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

DO PPC DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO

ANTONIO NOBRE DA SILVA
Mestre em Agricultura Tropical
Docente de Fitotecnia

HEITOR AZUAGA AIRES DA SILVA FILHO
Mestre em Educação Agrícola
Docente de Zootecnia

JUBERTO BABILÔNIA DE SOUSA
Doutor em Geografia
Docente de Fitotecnia

GILMAR BATISTA MAROSTEGA
Mestre em Ciências Ambientais
Docente de Fitotecnia

CARLOS DONIZETE OLIVEIRA
Bacharel em Zootecnia
Docente de Zootecnia

LILIANA KARLA JORGE DE MOURA
Licenciatura Plena em Matemática
Docente de Matemática

JONAS DE MIRANDA PINTO
Doutor em Fitotecnia
Docente de Fitotecnia

WAGNER DA CUNHA SIQUEIRA
Doutor em Engenharia Agrícola
Docente de Engenharia Agrícola

RONEY MENDES DE ARRUDA
Mestre em Agricultura Tropical
Docente de Zootecnia

SUELY NOBRE DE SOUSA
Supervisão Pedagógica
Mestre em Educação

MILSON EVALDO SERAFIM
Doutor em Ciências do Solo
Docente de Fitotecnia

As atividades que desencadearam a elaboração do PPC do curso *Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio* foram desenvolvidas pela equipe de trabalho instituída pelas Portarias de nº. 017, de 07/05/2012 e nº. 19, de 14/04/2014, realizando levantamento das demandas, discussões e produção do texto, visando a atualização do processo pedagógico e adequações a nova Organização Didática do IFMT, aprovada pelo CONSUP em 15/12/2014 de modo a aprimorar esse importante documento que subsidiará a prática pedagógica ao longo do curso.

SUMÁRIO

	Pag.
1. APRESENTAÇÃO	6
2. PERFIL INSTITUCIONAL	7
3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS	9
3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS	11
3.2 HISTÓRICO DO CURSO	11
4 JUSTIFICATIVA	12
5. OBJETIVO	14
5.1 OBJETIVO GERAL	14
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
6. DIRETRIZES	15
7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO	17
8. PÚBLICO ALVO	18
9. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	18
10. INSCRIÇÕES	18
11. MATRÍCULA	19
12. TRANCAMENTO DA MATRÍCULA.....	19
13. DESLIGAMENTO DO CURSO	19
14. TRANSFERENCIA	20
14.1 TRANSFERENCIA INTERNA.....	20
14.2 TRANSFERENCIA EXTERNA	20
15. ADAPTAÇÃO NO CURSO	20
16. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS	21
17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
17.1 MATRIZ CURRICULAR 1 DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE	25
17.2 MATRIZ CURRICULAR 2 DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE	26
18. EQUIVALENCIA DE MATRIZES	27
19. FLUXOGRAMA	28

20. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	29
21. METODOLOGIA	31
22. AVALIAÇÃO	32
22.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZADO.....	35
22.2 RECUPERAÇÃO	36
22.3 PROVA FINAL	37
22.4 DEPENDÊNCIA	38
22.5 FREQUÊNCIA	38
23. AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA	38
24. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	39
25. PLANO DE MELHORIA DO CURSO	41
26. ATENDIMENTO AOS DISCENTES	42
27. POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO	43
28. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	44
29. QUADRO DE DOCENTES	45
30. INSTALAÇÃO FÍSICAS E EQUIPAMENTOS	46
30.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS	46
30.2 ESTRUTURA ADAPTADA PARA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE	48
30.2 EQUIPAMENTOS	48
30.4 BIBLIOTECA	50
30.4 ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	50
31. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
32. ANEXO	62

1. APRESENTAÇÃO

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio foi implantado no IFMT - *Campus Cáceres* no ano de 2003, criado pela Resolução IFMT Nº 10 de 22 de abril de 2003. Durante dez anos a formação dos acadêmicos do curso foi desenvolvida com a qualidade consonante com a proposta pedagógica. Entretanto, as novas configurações do mundo do trabalho e do uso de novas tecnologias nas atividades da área, exigem a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com intuito de proceder a modernização do ensino, bem como a atualização dos processos pedagógicos e administrativos que regem a trajetória acadêmica dos discentes do curso, como as adequações a legislação da educação básica e profissional vigente, e as normas da nova Organização Didática do IFMT, aprovada pelo CONSUP, conforme a Resolução Nº 104 de 15 de dezembro de 2014.

O presente projeto pedagógico está fundamentado na LDB nº 9.394/96, na Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e de acordo com Art. 4º do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, e, reflete as possibilidades que o *Campus Cáceres* apresenta acerca do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio, cujo propósito é a formação profissional em sintonia com as demandas local e regional.

O marco orientador desta proposta perpassa pelas decisões institucionais traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social, os quais se materializam na função social do IFMT de promover a educação científico-tecnológico-humanística, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais. Considerando-se também as características dos discentes, seus interesses e condições de vida, contribuindo, assim para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico de Cáceres e região.

Desse modo a reformulação do PPC do Técnico em Agropecuária Subsequente é proposta como um documento referencia do curso, entretanto aberto a constante revisão e atualização do processo pedagógico em detrimento da elevação da qualidade do ensino e aprendizagem exercida.

CARACTERÍSTICAS DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO

DESCRIÇÃO

Curso: Agropecuária

Eixo tecnológico: Recursos Naturais

Nível: Médio

Forma: Subsequente

Modalidade: Presencial

Habilitação: Técnico em Agropecuária

Carga horária do Curso: 1.418 horas

Estágio Supervisionado Obrigatório: 160 horas

Regime de Matrícula: Semestral

Periodicidade: Anual

Turno de Funcionamento: Matutino

Número de Vagas: 40 vagas

Carga horária dos componentes curriculares: 1.258 horas

2. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. É uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT tem no Estado de Mato Grosso em sua área de atuação geográfica 14 *campi* em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, São Vicente, Sorriso, Rondonópolis e Várzea

Grande. O IFMT ainda atua nos municípios de Jaciara, Campo Verde, Sapezal, Jauru, Poconé, Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, Sinop e Diamantino, estando em constante expansão. Além da sua Reitoria instalada em Cuiabá. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFMT é equiparado às universidades federais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT - PDI (2014-2018), aprovado pela Resolução nº 27 de 30 de junho de 2014, define a missão “Educar para a vida e para o trabalho”, com valores definidos de modo a estreitar a relação da educação com os sujeitos envolvidos, a partir do estabelecimento de relações éticas, profissionais, inovadoras, empreendedoras, humanísticas, sustentáveis, com respeito a diversidade, e pela inclusão e participação democrática.

Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, de criação dos IFs:

[...]“ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.”

Desde a sua criação, a Instituição iniciou um processo de expansão que atualmente oferta ensino, pesquisa e extensão a aproximadamente 13.500 alunos regulares presenciais em todas as regiões do estado de Mato Grosso, com previsão de que em 2018, chegue a 22 mil alunos, segundo o plano de oferta de cursos e vagas contido no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT (2014-2018).

Através da UAB (Universidade Aberta do Brasil), o IFMT está presente em 15 outros municípios do estado, ofertando ensino a distância para cerca de 900 graduandos em cursos superiores e cerca de 6.694 alunos do programa Profucionário.

O IFMT oferta também cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, além de programas sociais do Governo Federal voltados para a formação profissional e elevação da escolaridade de pessoas, inclusive em situação de vulnerabilidade social.

O IFMT desenvolve função estratégica no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à pesquisa, os projetos de extensão e as demais ações da Instituição estão diretamente relacionados ao aumento da produtividade, inovação nas formas de produção e gestão, melhoria da renda dos trabalhadores e na qualidade de vida da população em geral.

Nesse sentido, o IFMT tem como objetivo proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da sua cidadania plena com responsabilidade ambiental.

3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

Em 17 de agosto de 1980, foi fundada, a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, localizada ao norte do Pantanal, à margem esquerda do Rio Paraguai, na região sudoeste do estado de Mato Grosso. Criada como resultado de um programa de expansão e melhoria do ensino Técnico Profissionalizante, com a participação do MEC – PREMEX, do Governo de Mato Grosso e da Prefeitura Municipal de Cáceres, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (contrato nº 379/SF/BR), firmado em junho de 1979.

Com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica; a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres tornou-se um dos *campi* do IFMT, ligado ao Ministério da Educação e vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

Com o intuito de integrar a realidade regional com o processo educativo, o IFMT – *Campus* Cáceres busca firmar seu currículo a partir das proposições da LDB Lei 9394/96, e das diretrizes do Ensino Profissional, que tem como objetivo precípua a eficiência do ensino das Instituições Federais, mediante currículos harmonizados entre a realidade do mundo do trabalho com a visão e as expectativas dos sujeitos envolvidos.

Na infraestrutura, o IFMT – *Campus Cáceres*, possui uma área de 320 hectares, composta pela parte administrativa e pedagógica do *Campus*, com: 19 salas de aula, laboratórios de ensino para química, química Industrial, microbiologia, física, além de 04 laboratórios de informática, sala virtual, biblioteca, sala de áudio visual, dois blocos de salas de professores, refeitório, 18 salas destinadas à administração, duas salas destinadas ao atendimento médico e odontológico, uma sala de cooperativa e uma cantina.

No *Campus* existem os setores com laboratórios de fitossanidade, biologia, máquinas motores e mecanização, bromatologia e análise de alimentos, de solos, sementes, processamento de carnes, e processamento de frutas. Possui ainda um laticínio escola, uma usina de 100 m² de produção de álcool combustível, uma Mini Usina de 100 m² de produção de Biodiesel, uma fábrica de ração, um centro de formadores de Inseminação Artificial em Bovinos, um Centro de Treinamento, uma oficina mecânica, uma marcenaria e 11 salas de aula ligadas às áreas de formação oferecidas pela instituição, além de seis alojamentos e oito residências de funcionários. Na parte de esporte, existe um ginásio coberto e um campo de futebol *Society* iluminado.

Além das atividades de ensino, a escola desenvolve pesquisa e extensão nas áreas de Avicultura, Suinocultura, Piscicultura, Animais silvestres, Apicultura, Olericultura, Culturas Anuais, Bovinocultura – leite e corte; Forragicultura, Equinocultura, Fruticultura, Agroindústria, Florestas, Geoposicionamento e Informática com foco em Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores.

No contexto socioeconômico regional, o *Campus Cáceres* está integrado no Estado de Mato Grosso que se destaca pela diversidade de recursos naturais, propiciada pela presença de três importantes biomas (floresta amazônica, cerrado e pantanal), sendo o berço das águas de três grandes bacias hidrográficas (Paraguai-Paraná, Amazonas, e Araguaia-Tocantins) e ao mesmo tempo, uma grande fronteira de agronegócios, firmado nacionalmente como o maior produtor de grãos e algodão. Esse fato sugere a necessidade em ter profissionais qualificados na área de agropecuária, com objetivo de oferecer suporte e soluções de tecnologia as diversas áreas de negócio.

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CAMPUS

Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT - <i>Campus</i> Cáceres (criado pela Lei nº 11.892/2008)
CNPJ:	10.784.782/0003-12
Data de criação do Campus:	17 de agosto de 1980
Esfera Administrativa:	Federal
Código SIAF da unidade gestora:	15.8334
Vinculação:	Ministério da Educação – MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Legislação de criação do IFMT - <i>Campus</i> Cáceres:	LEI nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5º, item XVIII e Art. 9º item V; que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Portaria/IFMT n.º 144, de 03/03/2010, designa o <i>Campus</i> Cáceres a implantar o Núcleo Avançado de Poconé com área de 24 hectares, anexada ao Patrimônio da União de Mato – GRPU/MT por meio da Portaria n.º 5, de 09/11/2009, publicada no DOU em 27/11/2009.
Endereço:	Avenida dos Ramires,s/nº. Distrito Industrial - Caixa Postal nº 244
Cidade/UF/CEP:	Cáceres - MT - CEP: 78.200-000
Telefone/Fax:	(65) 3221.2600 / 3221-2626
E-mail de contato:	gabinete@cas.ifmt.br
Site do Campus:	www.cas.ifmt.edu.br

3.2 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso Técnico em Agropecuária - Subsequente do IFMT – *Campus* Cáceres, tem como marco inicial o planejamento e o projeto de implantação de curso da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – EAF autorizada a funcionar pela Portaria ministerial nº 217 de 17/03/80 e iniciou atividade em 17 de agosto de 1.980.

O curso consta no Projeto Pedagógico (1.998), cuja proposta tem como meta a implantação gradativa dos Cursos Técnicos em Agropecuária com Habilitação em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia (pós-secundário) em 1.998; informática (pós-secundário), em 1.999; e Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, em 2.000, como parte da proposta de carreiras do Técnico em Agropecuária com habilitação em Agricultura, Zootecnia e Florestal e Agropecuária.

O Curso Técnico em Agropecuária é ofertado a comunidade desde 2003 tem no seu documento de ingresso (edital), como ato legal a Portaria nº 10 de 22 de abril de 2.003, publicada no DOU nº 78 de 24 de abril de 2.003 (pg. 27); expedida pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC do Ministério da Educação – MEC; e que refere ao reconhecimento do “Curso Técnico em Agropecuária com

Resolução CONSUP/IFMT N°073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT N°077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Habilitação em Agricultura, da área de Agropecuária, ministrado na Escola Agrotécnica Federal de Cáceres”.

Em 2008, Conselho Diretor da Escola Técnica Federal de Cáceres, aprova as adequações na o Plano de Curso do “Técnico em Agropecuária”, conforme Art.1º da Resolução *Ad referendum* nº 06 de 19 de setembro de 2.008.

O curso tem seu projeto pedagógico reformulado, conforme versa a Proposta Pedagógica de 2.008 que refere a organização pedagógica dos cursos técnicos de nível médio e subsequente em andamento na Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – EAF.

Com observação ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, na Proposta Pedagógica de 2008, da EAF, o curso passa a denominar “Curso Técnico em Agropecuária” na modalidade subsequente, conforme descrição dos objetivos do curso na p. 09; Plano de Curso na p. 19 e Organização Curricular na p. 27 da referida proposta pedagógica.

Com o advento da criação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, através da promulgação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, a qual registra no Capítulo II, Seção I, Art. 5º, Inciso XVIII a integração da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres – EAF à Rede Federal de Educação Profissional, na conjuntura do IFMT, suscita a necessidade de reformulação gradativa das propostas pedagógica dos cursos técnicos de nível médio, subsequente e superiores ofertados pelos Institutos Federal de Educação, bem como adequação ao Catálogo Nacional de Cursos.

Desse modo o Projeto Pedagógico do “Curso Técnico em Agropecuária - *Subsequente*” está sendo reformulado e encontra-se como objeto de estudo e adequações no conteúdo desse Processo nº 23191.000748/2013-31, que pleiteia a aprovação da atualização e legalidade do curso.

O curso possui atualmente 02 turmas, em andamento no IFMT – *Campus* Cáceres, cursando o Técnico em Agropecuária na forma *Subsequente*.

4. JUSTIFICATIVA

No contexto socioeconômico regional, o *campus* Cáceres está integrado no Estado de Mato Grosso que se destaca pela diversidade de recursos naturais, propiciada pela presença de três importantes biomas (floresta amazônica, cerrado e pantanal), sendo o berço das águas de três grandes bacias hidrográficas (Paraguai-Paraná, Amazonas e Araguaia-Tocantins) e ao mesmo tempo, uma grande fronteira de agronegócios, firmado nacionalmente como o maior produtor de grãos e algodão. Esse fato sugere a necessidade de políticas de ocupação planejadas, aos níveis econômicos, sociais, ambientais e culturais. Basicamente fundamentada nas atividades agropecuárias, a economia do Estado caracteriza-se por uma agricultura empresarial, voltada à produção para a exportação, especialmente de soja e algodão e carne processada.

O rebanho bovino de Mato Grosso, conta atualmente (IBGE, 2013) com 24 milhões de cabeças, alcançando na década um crescimento de 120%, acompanhado pela produção avícola, que no mesmo período registrou crescimento de 164%. Ovinos, caprinos e suínos complementam o quadro da pecuária matogrossense. Ao lado da agricultura empresarial, a agricultura familiar é segmento importante, especialmente em virtude da política de reforma agrária, que assentou um número considerável de famílias na última década.

Em conformidade com essa demanda, o decreto nº 5.154/2004 preconiza orientações para a organização curricular da educação profissional brasileira, e propõe alternativas ao desenvolvimento da educação profissional, o ensino técnico de nível médio na forma subsequente. Além disso, o Brasil, especialmente o Estado de Mato Grosso, evidencia grande necessidade de aprimoramento e otimização da produção agropecuária.

Neste sentido o IFMT – Campus Cáceres possui um histórico de mais de duas décadas com oferta de curso técnicos em agropecuária na forma integrada e subsequente. E, com o intuito de integrar a realidade regional com o processo educativo, desde sua fundação, o IFMT – Campus Cáceres sempre buscou firmar seu currículo a partir das proposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, principalmente as diretrizes da reforma do Ensino Profissional, que tem como objetivo precípua à eficiência das Instituições Federais, a adoção de currículos harmonizados com a realidade do mundo do trabalho, aliada à oferta de cursos diversificados que atendam holisticamente os anseios da clientela.

A manutenção do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio encontra justificativa de sua relevância para a sociedade, na medida em que visa formar profissionais de nível médio com formação tecnológica e científica sólida, e com flexibilidade para as mudanças e os avanços tecnológicos, buscando a atualização dos processos educativos e a gestão adequada dos recursos naturais na produção agropecuária.

Na perspectiva de atualizar o processo pedagógico e proceder às adequações fundamentais a nova Organização Didática do IFMT, aprovada pelo CONSUP, de 15 de dezembro de 2014, o IFMT – *Campus Cáceres*, propõe a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio, visando continuar a atender a demanda de uma população que já tenha a formação do ensino médio e ainda carece da formação de profissionais capacitados na área agropecuária, de maneira econômica e socialmente justa, promovendo o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental da região e país.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais capazes de exercer atividades técnicas com habilidades e competências em agropecuária, que lhes permitam atuar de forma responsável, ativa, crítica e criativa na solução de problemas na área de produção e transformação vegetal e animal, e de conservação do meio ambiente.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O curso deve:

1. Favorecer a aprendizagem de tecnologias para uso na profissão, por meio do desenvolvimento de metodologias de trabalho acadêmico no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, aliados as novas tecnologias, considerando as tendências da área, os interesses dos estudantes e visando o aprimoramento dos conhecimentos, do trabalho e da produção agropecuária;

2. Estimular a capacidade e criatividade dos estudantes, visando o crescimento intelectual, o desenvolvimento do pensamento crítico e a autonomia profissional;
3. Promover a compreensão do desenvolvimento do processo produtivo articulando com as experiências, conhecimentos técnicos e os seus fundamentos científicos e tecnológicos;
4. Fomentar o conhecimento e a reflexão sobre o impacto da inserção de novas tecnologias nos processos produtivos, no meio ambiente e os seus reflexos na sociedade, a curto e em longo prazo;
5. Orientar a elaboração de projetos a partir do entendimento e da análise crítica dos elementos que interferem na configuração dos processos produtivos com a introdução de tecnologias inovadoras.

6. DIRETRIZES

O Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio fundamenta-se na legislação vigente da educação nacional de nível médio e Técnico profissionalizante para desenvolver o processo pedagógico, e de estímulo a pesquisa e extensão ao longo do curso.

No tocante à legislação que servirão como norte ao gerenciamento pedagógico e administrativo do Curso destaca-se: a **Resolução nº 023, de 06 de Julho de 2011** que normatiza a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso; a **Resolução nº 104, de 15 de dezembro de 2014** que aprova a Organização Didática do IFMT; o **Parecer CNE/CEB nº 11/2012** e a **Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012**, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio que substituem as anteriores que tratam do mesmo assunto; **Resolução CNE/CEB nº 02**, de 30 de janeiro de 2012, que Institui Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio; o **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**, que dispõem sobre as modalidades do ensino profissionalizante e tecnológico; entre outras que regulamentarem atos fundamentais à formação dos estudantes nos âmbito técnico científico e intelectual, para o exercer sua cidadania plena; a **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos, e da educação profissional e tecnológica; a **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; a **Resolução CONSUP/IFMT Nº073**, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC. **Resolução CONSUP/IFMT Nº077**, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas; a **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia; a Constituição Federal no seu art. 205, que coloca a educação como direito de todos e dever do estado e da família; a **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação; o **Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011**, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado; o **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; a **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira; a **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008** e a **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004** que trata da Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena; a **Lei 11.769, de 18 de agosto de 2008**, dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica; a **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012** e o **Parecer CNE/CP nº 08 de 30 de maio de 2012** que estabelece a inserção dos conhecimentos referente à Educação em Direitos Humanos baseados nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; o **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005** que trata da inclusão de LIBRAS como disciplina curricular; a **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**, que dispõe sobre o estágio de estudantes como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo; o aprendizado de competências profissionais e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho; a **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000** e **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**, que estabelece as normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; a **Resolução nº 43, de 17 de setembro de 2013**, do CONSUP, que aprova a Instrução Normativa que orienta a implantação e implementação dos NAPNEs nos Campi do IFMT.

O conjunto de competências e habilidades definido para a habilitação profissional atende ao que preceitua os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Médio divulgados pelo MEC, e os definidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - *Campus Cáceres*, atendendo as peculiaridades locais e regionais

Os temas transversais terão atenção e metodologia afinada com os conteúdos, propiciando o trabalho interdisciplinar das temáticas sobre cultura afrobrasileira e indígena; questões étnico-raciais, ambientais, direitos humanos, economia solidária e saúde coletiva, pautados na legislação específica e nas discussões atualizadas. Tais atividades serão abordados em palestras, workshop, discussões temáticas, seminários, exposições artísticas, bem como em ações de integração escola e comunidade.

7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO

O ingresso de estudantes do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio do IFMT- *Campus* Cáceres, dar-se-á mediante processo seletivo próprio regido por Edital público, convênios e intercâmbios, conforme critérios e formas estabelecidas em edital específico por transferência interna, externa e *ex-offício*, de acordo com a Organização Didática do IFMT - aprovada em de 15 de dezembro de 2014, e legislação específica no que se refere aos cursos na forma *Subsequente*.

Na oferta do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade *Subsequente*, o aluno candidato aprovado em processo seletivo deverá obrigatoriamente ter concluído o Ensino Médio para concorrer a vaga.

O Curso terá periodicidade de seleção anual e o regime de matrícula semestral previsto em calendário acadêmico. Cada turma terá 40 (quarenta) vagas, sendo que o quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada período letivo seguirá a indicação da Direção Geral do Campus, observando-se o PDI.

No edital do processo seletivo, publicar-se-á o número de vagas ofertadas no curso e os requisitos de acesso, obedecendo, rigorosamente, ao estabelecido neste projeto pedagógico do curso em conformidade com a política de ingresso do IFMT.

A reserva de vagas é estabelecida no edital de seleção, em conformidade com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e normatizada pela Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, publicada no D.O.U., em 15/10/2012, e demais legislações vigentes.

Não será realizado ingresso de estudante em datas diferentes daquelas definidas para matrícula no calendário acadêmico, exceto quando por força da Lei Nº 9.536/1997 e Art. 99 da Lei Nº 8.112/1990.

O candidato classificado que não efetivar a matrícula junto ao setor de registros acadêmicos, no período designado no edital do processo seletivo, será considerado desistente, perdendo a vaga.

As vagas não preenchidas serão oferecidas aos candidatos remanescentes, respeitando a ordem de classificação, em chamada pública em data e local especificada em Edital.

8. PÚBLICO ALVO

O Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio é destinado aos candidatos que possuam o Ensino Médio completo. Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, aprovado pelo MEC-2010, o candidato a cursar o Técnico em Agropecuária deve ter interesse em se qualificar profissionalmente na área de agropecuária tanto na produção animal quanto na vegetal, sendo de suma importância que o sujeito se identifique com as temáticas da área do curso, e que predisponha a desenvolver as competências e habilidades necessárias a formação e a atualização profissional.

O curso possui periodicidade semestral com entrada anual, com a oferta de 40 (quarenta) vagas de alunos que estudarão em período matutino, com aulas regulares de segunda a sexta-feira e, em caso extraordinário, podendo ser ministradas aos sábados.

9. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

O tempo de Integralização é o prazo contado desde o ingresso do estudante até a conclusão do Curso pelo mesmo, incluindo-se os trancamentos de matrícula, e todas as atividades do estágio obrigatório.

O prazo ideal para Integralização do curso é de no mínimo 03 (três) semestres no máximo 06 (seis) semestres letivos para a conclusão dos componentes curriculares sequenciais.

10. INSCRIÇÃO

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.
Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Para inscrever-se no processo seletivo, o candidato deverá formalizar sua inscrição e disponibilizar os documentos exigidos em local e datas definidos no edital, que definirá também as formas e percentuais destinados a reserva de vagas.

Todo o processo seletivo de alunos será regido pelas normas do edital próprio para ingresso no Curso Técnico Agropecuária Subsequente ao Nível Médio do IFMT – Campus Cáceres, publicado no site do IFMT, cujo procedimento de inscrição se dará *online*, sendo o candidato ou seu representante legal, responsável pela veracidade das informações prestadas.

Conforme indicado no edital de seleção, o resultado do processo seletivo será divulgado no mesmo espaço da publicação do edital de seleção e nos murais do Campus, com a classificação dos participantes que deverão acompanhar o resultado e cumprir o prazo para a efetivação da matrícula.

11. MATRÍCULA

A Matrícula é o ato formal pelo qual se dá a vinculação acadêmica do estudante ao IFMT, sendo efetivada pelo candidato ou por seu representante legal, no local, dia e horário a ser divulgado no edital do processo seletivo. O processo será normatizado conforme o estabelecido nos Art. 124 ao Art. 134 da Organização Didática do IFMT, aprovada pelo CONSUP de 15 de dezembro de 2014.

No ato da matrícula, deverá ser apresentada a relação de documentos conforme especificado o edital de seleção.

A cada período letivo, o discente deverá realizar a rematrícula, sendo esta a forma de confirmação, pelo discente, de continuidade nos estudos no mesmo curso e instituição conforme dispõe os Art. 132 e 133 da Organização Didática do IFMT em datas e prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

12. TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

De acordo com o Art. 135 da Organização Didática do IFMT/2014, o trancamento da matrícula ocorre quando o discente ou seu responsável legal requer a suspensão dos estudos no restante do período letivo em curso, mantendo com a instituição o vínculo estabelecido através da matrícula. O processo obedecerá as

normas e regulamentações da organização Didática nos Art. 136 a 139 e seus parágrafos, com atenção ao prazo quando previsto no Calendário Acadêmico.

13. DESLIGAMENTO DO CURSO

Conforme estabelece a Organização Didática do IFMT/2014 aprovada pelo CONSUP em 15/12/2014, o desligamento consiste na perda completa de vínculo formal do discente com o *Campus* e com o curso em que estava matriculado.

As formas de desligamento são registradas nos itens do Art. 140 da Organização Didática do IFMT/2014 e podem ocorrer nas seguintes situações:

- I - em função de transferência para outro *Campus* ou instituição;
- II - em caso de processos disciplinares, com cancelamento da matrícula; e
- III - ausência de rematrícula por 02 (dois) períodos letivos consecutivos.

14. TRANSFERÊNCIA

14.1 TRANSFERÊNCIA INTERNA

De acordo com a Organização Didática do IFMT, a transferência interna permite ao estudante regularmente matriculado, a mudança de turno ou mudança do Curso de origem para outro Curso de mesmo nível, desde que seja no mesmo Campus, na mesma modalidade e área afim, e será permitida aos discentes que atenderem aos critérios estabelecidos na mesma.

14.2 TRANSFERÊNCIA EXTERNA

A transferência externa é o ato formal de migração de discentes regulares para Cursos afins, do mesmo nível de ensino estando condicionada a existência de vagas. Conforme dispõe a Organização Didática do IFMT, é vedada a transferência de discentes do ensino médio regular para os cursos técnicos na forma integrada; é vedada transferência externa para o primeiro período letivo, exceto nos casos compulsórios previstos em lei.

O tramite de solicitação de transferência externa deverá seguir o que está previsto na Organização Didática vigente.

Considerando que a transferência *ex-officio*, é facultada aos servidores e seus dependentes, e que na possibilidade de solicitação, os casos serão analisados,

quanto ao Curso, a matriz curricular; e o processo será regulado conforme as normas da Organização Didática do IFMT vigente.

15. ADAPTAÇÃO NO CURSO

A adaptação é o ajuste da situação acadêmica do discente oriundo de transferência no contexto regular do curso, para o prosseguimento dos estudos. O processo de adaptação ao curso se dará de acordo com a Organização Didática do IFMT vigente.

Deverão realizar a adaptação os discentes oriundos de transferência interna, externa e *ex-officio* quando da análise de seus documentos for identificada incompatibilidade de carga horária, ementa ou componente curricular.

16. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC/SETEC, 2012), o Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio é o profissional com as seguintes habilidades e competências:

- Planeja, executa, acompanha e fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários.

- Administra propriedades rurais.

- Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial.

- Fiscaliza produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.

- Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais.

- Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.

O Técnico em Agropecuária deve compreender e desenvolver a gestão da:

- produção animal, vegetal e agroindustrial;

- sustentabilidade ambiental;

- silvicultura, irrigação e drenagem,

- topografia e mecanização Agrícola.

- extensão rural, legislação e políticas agropecuárias.

O profissional Técnico em Agropecuária tem possibilidades de atuação em:

- Propriedades rurais.

- Empresas comerciais

- Estabelecimentos agroindustriais.
- Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa.
- Parques e reservas naturais.

17. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio tem sustentação nas diretrizes legais da educação profissional brasileira; e tem como proposta oferecer condições aos estudantes para o desenvolvimento de atividades e dos conhecimentos necessários a formação profissional consciente e competente, de maneira a atender as demandas de produção e profissionais no mundo do trabalho.

O currículo do curso considera as relações com as dimensões técnicas, pedagógicas e sociopolíticas para formação de um profissional estimulado para uma atitude ética, científica e cidadã, procurando promover harmonia entre as demandas da sociedade e o cumprimento das diretrizes e políticas da educação profissional emanadas do Ministério da Educação.

A formação proposta por esta Organização Curricular busca propiciar ao aluno condições de: assimilar e integrar conhecimentos científicos e tecnológicos na área de Agropecuária; analisar criticamente a dinâmica da sociedade brasileira e as diferentes formas de participação deste indivíduo enquanto cidadão neste contexto; e desenvolver as capacidades necessárias ao desempenho das atividades profissionais da área.

Com uma formação dosada entre a teoria e a prática, espera-se entregar a sociedade um profissional com capacidade de atualizar-se continuamente, diante dos avanços incessantes que são características dessa área de atuação e com condições objetivas de desenvolver e implementar soluções nas áreas de agropecuária e agronegócio.

A formação cidadã consciente sobre a produção sustentável e conservação do meio ambiente é fundamental ao exercício da profissão do técnico em agropecuária. Desse modo a organização curricular do curso contempla, além das disciplinas técnicas da área, estudos e discussões sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos e educação ambiental, formação profissional que trabalhe em equipes com iniciativa, criatividade e

sociabilidade.

A proposta curricular do curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* leva em consideração a importância da formação humana integral, mediante o desenvolvimento de temas transversais (ética, cidadania, cultura indígena e afro brasileira, direitos humanos e socioambientais, política e educação ambiental, entre outros), que terão como momento de estudos e articulações com outras situações de ensino e aprendizagem, tais como: palestras, debates, seminários e participação em eventos socioculturais.

Visando atender as orientações contidas na Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio; na Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001 do CNE/CEB, Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, educação inclusiva, e a partir da Resolução nº 043 de 17 de setembro de 2013, do CONSUP, que aprova a Instrução Normativa que orienta a implantação e implementação dos NAPNEs nos campi do IFMT, o NAPNE Campus Cáceres auxiliou na construção desta proposta pedagógica, buscando assegurar que os recursos e serviços educacionais especiais, estejam organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais.

O Curso previsto neste projeto pedagógico trata-se de um Curso Técnico em Agropecuária ofertado na forma *Subsequente* ao Nível Médio, está dentro do eixo tecnológico “Recursos Naturais”, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos 2012, do Ministério da Educação. Sua Matriz Curricular foi elaborada de modo que contemple o desenvolvimento de competências profissionais coerentes com os objetivos do Curso e com o perfil profissional.

O Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* funcionará no sistema semestral, com duração de um ano e meio, com o total de 03 (três) semestres. O tempo máximo sugerido para integralização do curso é de 06 (seis) semestres letivos.

As turmas serão compostas com 40 alunos e as aulas serão ministradas no período matutino de segunda-feira à sexta-feira podendo haver sábados letivos.

Cada aula terá duração de 50 minutos, podendo ser ministrado no máximo 05 (cinco) aulas por turno.

A organização curricular está estruturada de modo a favorecer o desenvolvimento de capacidades, em ambientes de ensino que estimulam a busca de soluções e favorecem ao aumento da autonomia e da capacidade de atingir os objetivos de aprendizagem.

As disciplinas de cada período letivo representam importantes instrumentos de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois adaptando-se as distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos.

O Curso possui 21 disciplinas obrigatórias e 1 disciplina optativa. As disciplinas obrigatórias totalizam 1258 horas de carga horária divididas em 03 semestres da seguinte forma: 1º Semestre com 425 horas, 2º Semestre com 425 horas e 3º Semestre com 408 horas. A disciplina optativa possui carga horária de 30 horas. Complementa-se a matriz Curricular o Estágio Curricular Obrigatório com carga horária de 160 horas, totalizando a carga horária total do curso em 1418 horas. A carga horária total das disciplinas deverá ser cumprida conforme estabelecido no Calendário Oficial do IFMT - *Campus Cáceres*.

Ao final do período letivo, fica reservado tempo necessário para realização das Provas Finais, conforme previsto no calendário acadêmico. A Prova Final é realizada sempre que houver demanda como um direito do aluno de acordo com a sistemática de avaliação regulamentada pela Organização Didática do IFMT (2014).

No Quadro 01 encontra-se a Matriz Curricular nº 01 referente a primeira turma do curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* desde o início do curso até os ingressos no ano letivo 2013/1, e que seguirá seu curso até a conclusão dessa turma, tendo em vista que diante das novas configurações propostas na nova Organização Didática do IFMT (2014).

Na oportunidade procedeu-se a atualização da Matriz Curricular nº 01 do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente*, ao processo pedagógico coerente com a realidade da área, resultando na Matriz Curricular nº 02.

17.1. Matriz Curricular 1 do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente*

Quadro 1: Matriz Curricular n° 01¹

1º Semestre	
Disciplinas	Carga Horária
Ciência e Fertilidade dos Solos	54
Nutrição Animal	54
Mecanização Agrícola	54
Informática Aplicada	36
Construções e Instalações Rurais	54
Produção de Texto e Leitura	36
Agroecologia	36
Sociologia e Extensão Rural	36
Total de Horas	360
2º Semestre	
Disciplinas	Carga Horária
Nutrição de Plantas	36
Irrigação e Drenagem	72
Desenho e Topografia	72
Forragicultura	36
Geoprocessamento	36
Fitossanidade	54
Apicultura, Cunicultura e Minhocultura	54
Total de Horas	360
3º Semestre	
Disciplinas	Carga Horária
Olericultura	54
Culturas Anuais e Perenes	54
Avicultura Corte e Postura	54
Ovinocultura e Caprinocultura	36
Administração e Economia Rural	54
Sanidade Animal	54
Criação de Animais Silvestres	54
Total de Horas	360
4º Semestre	
Disciplinas	Carga Horária
Fruticultura	72
Processamento de Produtos Agropecuários	36
Bovinocultura de Leite e Corte	72
Suinocultura	54
Equinocultura	36
Piscicultura	36
Paisagismo e Plantas Ornamentais	54
Total de Horas	360
Total de Horas das disciplinas	1.440
Estágio Supervisionado	160

Resolução CONSUP/IFMT N°073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT N°077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Total geral carga horária do curso	1600
---	-------------

¹ Matriz do Curso técnico em Agropecuária Subsequente, extraída da Proposta Pedagógica 2008 do IFMT-Campus Cáceres

Diante do exposto a Matriz 01 será substituída pela Matriz Curricular nº 02, representada no Quadro 02, com o objetivo de atualizar o processo formativo do Técnico em Agropecuária, à corresponder com a atual demanda.

17.2 Matriz Curricular 2 do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente*

Quadro 2: Matriz Curricular nº 02

1º Semestre	Nº Aulas Semanal			Total Aula Semestral	Carga Horária Total
Disciplinas	1	2	3		
Produção de Texto e Leitura	2			40	34
Piscicultura	4			80	68
Topografia e Georreferenciamento	4			80	68
Fundamentos de Construções e Instalações Rurais	4			80	68
Avicultura	4			80	68
Olericultura I	3			60	51
Uso, Manejo e Conservação do Solo e da Água	4			80	68
Sub Total de Carga Horária					425
2º Semestre	Nº Aulas Semanal			Total Aula Semestral	Carga Horária Total
Disciplinas	1	2	3		
Olericultura II		3		60	51
Mecanização Agrícola		4		80	68
Irrigação e Drenagem		4		80	68
Culturas anuais		4		80	68
Suinocultura I		4		80	68
Bovinocultura I		4		80	68
Experimentação Agropecuária		2		40	34
					425
3º Semestre	Nº Aulas Semanal			Total Aula Semestral	Carga Horária Total
Disciplinas	1	2	3		
Culturas perenes			4	80	68
Bovinocultura II			4	80	68
Suinocultura II			4	80	68
Extensão rural			2	40	34
Forragicultura e Pastagens			4	80	68
Gestão da Unidade Rural			3	60	51
Processamento de Produtos Agropecuários			3	60	51
					408
Total Geral da Carga Horária das Disciplinas					1.258
Estágio Supervisionado					160
Total geral carga horária do curso					1.418

Disciplina optativa		
Libras - Língua Brasileira de Sinais	40 aulas	34 horas

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

As ementas das disciplinas elaboradas pelos docentes, contendo o título, a carga horária, conteúdos geral e as referências bibliográficas dos conteúdos a serem abordados, compõem as diretrizes deste documento e encontram-se em anexo.

18. EQUIVALENCIA DE MATRIZES

O aluno que por algum motivo perder o semestre e retornar ao Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente*, deverá migrar da Matriz Curricular nº 01 para Matriz Curricular nº 02, em virtude de trancamento de matrícula, ou ainda, que tenha realizado novo processo seletivo e reingressa no Curso; e, poderá solicitar o aproveitamento de disciplinas conforme o Quadro nº 03.

As disciplinas listadas podem ser aproveitadas em função da equivalência de ementa e carga horária entre uma Matriz Curricular e outra.

Quadro 3: Relação de disciplinas equivalentes que podem ser aproveitadas da Matriz Curricular nº 01 para Matriz Curricular nº 02

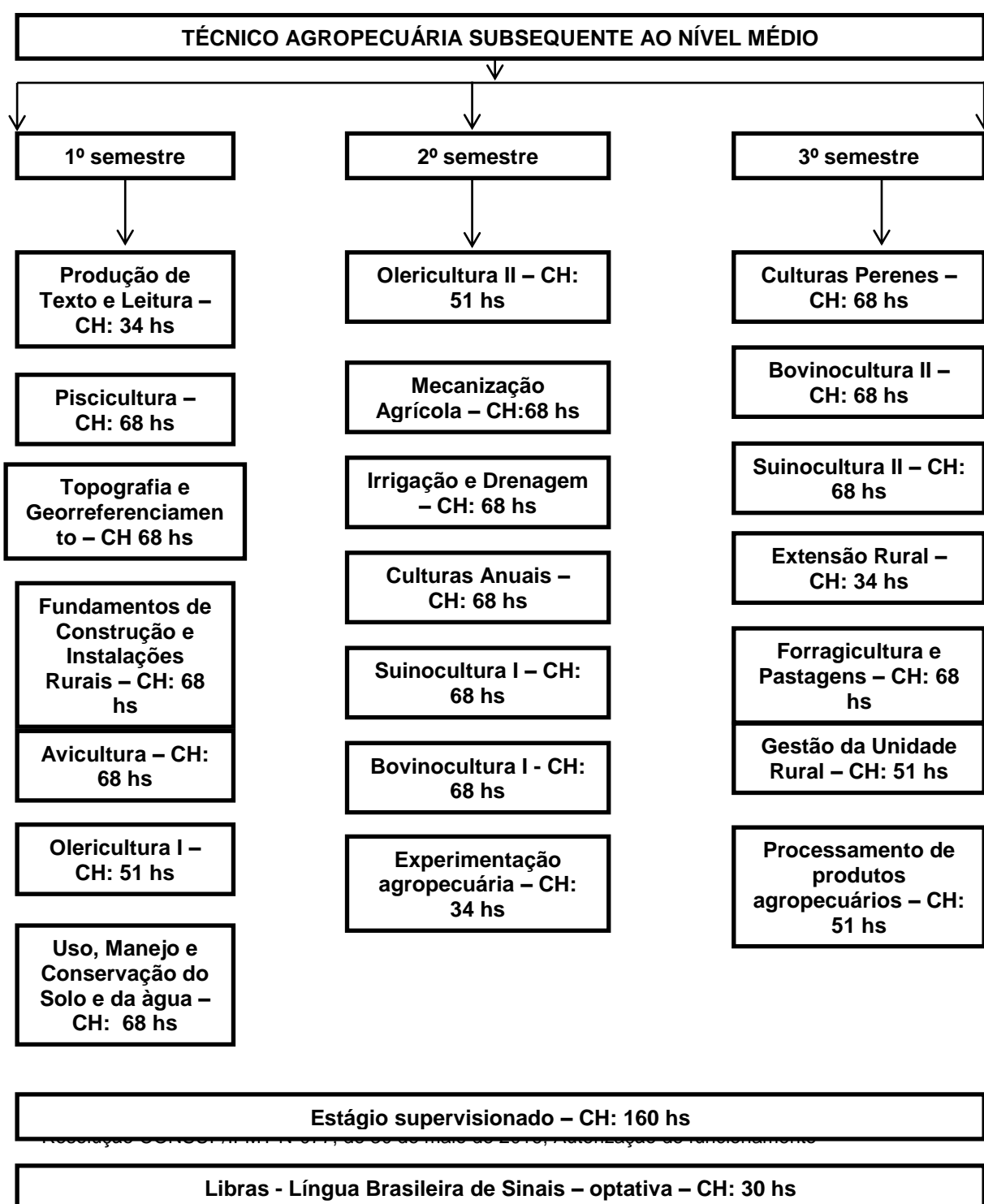
Matriz nº 01	Nº de A/S	Matriz nº 02	Nº de A/S
Nutrição Animal	3	Bovinocultura I e II	4
Sanidade Animal	3		
Bovinocultura de Leite e Corte	4		
Forragicultura			
Ciências e Fertilidade dos Solos	3	Olericultura I	3
Nutrição de Plantas	2	Olericultura II	3
Olericultura	3		
Paisagismo e Plantas Ornamentais	3		
Fitossanidade	3	Culturas anuais	4
Culturas Anuais e Perenes	3	Culturas perenes	4
Fitossanidade	3		
Fruticultura	4	Mecanização agrícola	4
Mecanização Agrícola	3	-	-
Informática Aplicada	2	Fundamentos de construções e instalações rurais	4
Construções e Instalações Rurais	3	Produção de texto e leitura	2
Produção de Texto e Leitura	2	Olericultura I	3
Agroecologia	2	Extensão rural	2
Sociologia e Extensão Rural	2	Irrigação e drenagem	4
Irrigação e Drenagem	4	Topografia e georreferenciamento	4
Desenho e Topografia	4	-	-
Geoprocessamento	2	-	-
Apicultura, Cunicultura e Minhocultura	3	-	-

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Avicultura Corte e Postura	3	Avicultura	4
Ovinocultura e Caprinocultura	2	-	-
Administração e Economia Rural	3	Gestão da Unidade Rural	3
Criação de Animais Silvestres	3	-	
Processamento de Produtos Agropecuários	2	Processamento de produtos agropecuários	3
Suínocultura	3	Suínocultura I e II	4
Equinocultura	2	-	
Piscicultura	2	Piscicultura	4

19. FLUXOGRAMA



20. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Conforme preconiza a Organização Didática do IFMT, no Art. 395 e de acordo com a Lei nº. 11.788, de 25/09/2008, o estágio é ato educativo escolar supervisionado que visa à preparação produtiva de discentes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos para o mundo do trabalho.

No Art. 395 da Organização Didática do IFMT/2014, em seu Parágrafo 2º descreve o estágio como um procedimento didático pedagógico e ato educativo, que deve integrar a proposta do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos e a legislação vigente.

O estágio supervisionado no Curso Técnico Agropecuária Subsequente é componente curricular obrigatório, conforme prevê o Art. 8º da Lei 11.788/2008, e considera o total de 160 horas, conforme registra a Matriz Curricular do curso. O discente somente poderá pleitear o estágio supervisionado pela Instituição a partir do segundo semestre.

Cabe a Coordenação do Curso a responsabilidade pelo acompanhamento do estágio dos discentes bem como nomeação dos orientadores; manter diálogo permanente com a Coordenação de Integração Escola Comunidade (CIEC); delegar tarefas e, divulgar o calendário com os prazos e informações necessárias para o cumprimento do estágio.

O discente iniciará o estágio após a montagem de sua "pasta de estágio" junto ao CIEC e a designação do docente orientador.

O estágio deverá ser realizado integralmente em empresas ou instituições cadastradas na CIEC ou nas dependências do IFMT – *Campus Cáceres*, nas diversas áreas do conhecimento (ensino, pesquisa e extensão), de acordo com o número de vagas disponível e registro prévio junto ao CIEC.

Cabe ao orientador acompanhar o discente em todas as etapas de realização do estágio, desde o início até a sua finalização, com a elaboração do relatório e defesa em data marcada pelo CIEC, em acordo com os docentes envolvidos e em consonância com o calendário acadêmico. A defesa consiste em uma apresentação

Resolução CONSUP/IFMT N°073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT N°077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

oral das atividades desenvolvidas no estágio, no qual o discente demonstra sua aprendizagem ocorrida na confrontação entre teoria e prática em diálogo com os professores que o avaliam.

Conforme previsto no Parecer CNE/CEB 35/2003 e na Resolução CNE/CEB Nº 01/2004, ao aluno trabalhador, se comprovado o exercício de função correspondente às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, poderá ser dispensado das atividades de estágio, mediante requerimento do aluno e comprovação da atividade com carga horária equivalente estando sujeito a avaliação da Coordenação do Curso. O tempo de trabalho pode ser aceito total ou parcialmente como atividade de estágio e será registrado em documentos específicos.

A conclusão do curso somente será efetivada quando o discente concluir todos os componentes curriculares e a atividade de estágio.

O processo de avaliação do estágio supervisionado consta de:

- I. Avaliação da Empresa;
- II. Avaliação do orientador referente às atividades desenvolvidas e ao relatório de estágio;
- III. Defesa das atividades de estágio por parte do aluno junto à Comissão de Avaliação;
- IV. Auto avaliação.

De acordo com a Organização Didática do IFMT/2014, Parágrafo Único do Art. 396 - caberá à Pró-Reitoria de Extensão e aos Campi, através Coordenação de Estágio: realizar convênios e parcerias de estágios com Instituições Públicas ou Privadas, encaminhar os discentes para o estágio, acompanhar o desenvolvimento destes e informar a conclusão e o aproveitamento do estágio à Coordenação de Curso e à Coordenação de Controle Acadêmico correspondente ao curso em que o discente estiver matriculado.

O IFMT/*Campus* Cáceres mantém convênios e parcerias com várias instituições públicas e privadas, que dão suporte às atividades educativas do Curso nos ambientes propícios a aplicabilidade das teorias e técnicas aprendidas.

Caso o estágio obrigatório não seja finalizado no período de integralização do Curso, o estudante deverá fazer rematrícula, conforme calendário do *Campus*, a fim de caracterizar o seu vínculo no Curso conforme dispõe o Art. 134 da Organização Didática do IFMT/2014.

21. METODOLOGIA

A proposta pedagógica do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* privilegia o aluno enquanto agente do processo da aprendizagem, por prever o desenvolvimento de projetos, atividades científico-culturais e processos dialógicos de formação, dentre outros princípios construtivistas de ensino e aprendizagem. Os conteúdos se associam com o mundo do trabalho, e serão trabalhados com recursos tecnológicos e estratégias metodológicas atualizadas, usando-se como mediação as relações afetivas, interacionais e transformadoras.

O Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado com base no desenvolvimento de competências preconizadas pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, adotando um método pedagógico com características específicas que inclua o trabalho do docente e o processo de seleção dos conteúdos e métodos de ensino por meio do planejamento integrado.

Antes do início de cada semestre será realizada reunião de planejamento com o objetivo de definir as estratégias de desenvolvimento daquele período, com a participação de todos os docentes envolvidos e da coordenação do curso.

O planejamento integrado acontecerá antes do início das aulas, com a participação de todos os docentes do semestre e coordenação, com a finalidade de elaborar o plano de ensino dos blocos temáticos, propiciando a interdisciplinaridade, flexibilidade e contextualização, oportunizando a execução de competências progressivamente mais complexas e especializadas. As aulas serão operacionalizadas utilizando diferentes técnicas pedagógicas e atividades de campo, palestras, pesquisas, estudo de caso, visitas técnicas, elaboração de projetos dentre outras atividades que promovam a integração entre teoria e prática.

Os conteúdos serão desenvolvidos de forma contextualizada, com metodologias e práticas profissionais educativas e integradoras dos conhecimentos teóricos e práticos, com intuito de formar cidadãos que compreendam a realidade, e saibam transformá-la com competências de modo a satisfazer as necessidades humanas; e promover a produção de bens e serviços em agropecuária, agindo sobre a natureza sem degradá-la.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se dará por meio de abordagens temáticas, e do incentivo aos estudantes a construir relações entre as disciplinas e os conteúdos, além de outras ferramentas importantes no processo de ensino e

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.
Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

aprendizagem de maneira interdisciplinar, tais como: ampliação do diálogo; momentos de discussões; exposição de ideias; sugestões e tirar dúvidas; exploração de conceitos preestabelecidos e criação de novas concepções; análise das discussões e replanejamento participativo das ações pedagógicas. Os momentos culturais, como seminários, debates, feiras entre outros eventos educativos, proporcionarão a interdisciplinaridade com abordagens e aprendizagens coletiva.

Os conteúdos serão facilitados a partir de aulas expositivas e dialógicas, podendo ser utilizando recursos audiovisuais, e as atividades práticas operacionais, ocorrerão nos setores da instituição (zootécnico, agricultura, mecanização e agroindústria).

As atividades de Integração Curricular deverão ocorrer principalmente por meio de instrumentos de caráter prático e interdisciplinar, como: visitas técnicas, seminários, minicursos, oficinas, palestras, debates temáticos, e entre outros, cuja produção textual será orientada na forma de: relatórios, textos e artigos.

Todo o desenvolvimento das aulas deverá ser devidamente registrado em Diário de Classe, na medida e na sequência em que for desenvolvido.

A Coordenação, em conjunto com os docentes, deverá possibilitar ao aluno o máximo de oportunidades de interação e reflexão sobre questões relativas à aprendizagem, propiciando condições de participação e avaliação desse processo.

Toda vez que vez que se fizer necessário, será realizado reunião com a participação dos alunos, docentes e coordenador do curso para discussão e esclarecimentos sobre a organização curricular e avaliação, além de resolver situações adversas decorrentes no semestre, visando melhor aplicabilidade do projeto pedagógico e do desempenho dos discentes.

Configura ainda como oportunidade de aprendizagem em atividades extra curriculares que os educandos poderão participar optativamente como: bolsa de apoio didático com vivencia profissional na instituição e bolsa de exercício de monitoria didático pedagógico.

22. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um processo que se constitui na prática como um momento de verificação do nível de alcance dos objetivos propostos, devendo partir das concepções formativa e dialógica, considerando o contexto de vida dos

Resolução CONSUP/IFMT N°073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.
Resolução CONSUP/IFMT N°077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

educandos, bem como sua capacidade de incorporar novos saberes e de transitar de maneira consciente no campo da ciência.

Para viabilizar um processo avaliativo de qualidade é fundamental ter consciência e clareza das potencialidades dos educandos; dos temas a serem abordados; da metodologia a ser utilizada; da qualidade do material didático, pois segundo Luckesi (2009), “a avaliação estará a serviço de um projeto pedagógico comprometido com as variáveis do meio sócio-cultural onde o educando está inserido”.

De acordo com Luckesi (2004), a avaliação pode ser “pontual, diagnóstica, inclusiva, democrática e dialógica.” Isso implica acompanhamento e re-orientação constantes em busca de melhores resultados, que são construídos, aplicados e contestados de acordo com os objetivos, tendo a avaliação como um meio que permite verificar e subsidiar os envolvidos no processo de aperfeiçoamento do ensino. Portanto, é de extrema importância para docentes e discentes. Desse modo a avaliação deve se fundamentar nos princípios norteadores das ações pedagógicas, pois:

Segundo Haidt (1994), Melchior (1999) e Hoffmann (2003), os princípios auxiliam a elaboração dos objetivos que, por sua vez, fornecem ao professor as indicações dos avanços e das dificuldades dos alunos e de como deve encaminhar e reorientar sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. (NEAD, <http://arquivos.unama.br>, 23/12/13).

Nesta perspectiva, a avaliação no IFMT/*Campus* Cáceres deve considerar como princípios da avaliação: o processo sistemático, para o qual é necessário se produzir instrumentos planejados, diversificados e adequados à ação pedagógica desenvolvida; a avaliação contínua e processual como meio de subsidiar a construção de resultados significativos; a mediação pedagógica, como importante instrumento de identificação das dificuldades dos educandos, e que orienta o educador a manter condutas ou replanejar suas práticas; a avaliação inclusiva, que exige do educador a capacidade de disponibilizar ao aluno as condições objetivas e subjetivas de expressar sua aprendizagem como direito universal de uma sociedade democrática; enfim a avaliação da aprendizagem deverá ir para além dos trabalhos, provas, seminários, debates. Esses devem ser somente instrumentos de auxílio no processo de avaliação e não formalidades classificatórias. Pois, conforme prevê a LDB 9394/96, art. 24 o processo deve ocorrer tendo a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos
Resolução CONSUP/IFMT N°073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.
Resolução CONSUP/IFMT N°077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Além dos aspectos teóricos e qualitativos da avaliação, considerar-se-á o que prescreve a Organização Didática do IFMT, nos artigos 147 a 163.

Para efeito de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, o curso será desenvolvido em 03 (três) semestres, geralmente compostos por 10 semanas letivas cada um.

O resultado do desempenho acadêmico semestral deverá ser concretizado por dimensão somativa através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo), oriundo das avaliações de conhecimento e atitudinal que correspondem à nota máxima de 8,0 (oito) e 2,0 (dois), respectivamente.

São considerados instrumentos de avaliação do conhecimento:

- I - exercícios;
- II - trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III- fichas de acompanhamento;
- IV- relatórios;
- V - atividades complementares;
- VI- provas escritas;
- VII - atividades práticas;
- VIII- provas orais;
- IX- seminários; e
- X- projetos interdisciplinares e outros.

Os instrumentos de avaliação atitudinal que poderão ser utilizados para avaliar os discentes os seguintes aspectos qualitativos:

- I - Auto avaliação;
- II - assiduidade e pontualidade;
- III- realização de atividades escolares;
- IV- disciplina, interesse, participação nas aulas; e
- V- outros critérios definidos pelo docente.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente devem ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observando as normas estabelecidas neste documento e na Organização Didática vigente.

22.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Para o curso Técnico Agropecuária Subsequente, a nota de cada semestre será a média aritmética simples de todas as avaliações, acrescidas de até dois pontos do conceito referente à avaliação atitudinal.

$$M_{Sem} = \frac{\sum A_n}{N} + C$$

Onde:

M_{Sem} = Média Semestral;

$\sum A_n$ = Somatório das avaliações;

N = Número de avaliações

C = Conceito.

Para expressar o resultado do desempenho acadêmico do Curso de ensino subsequente, a média semestral, e média de prova final devem obedecer aos seguintes critérios de aproximação:

- I- para fração menor que 0,05 aproxima-se para o valor decimal imediatamente inferior;
- II- para fração igual ou maior que 0,05, aproxima-se para o valor decimal imediatamente superior.

Decorridas todas as avaliações, haverá Prova Final (PF) destinada aos discentes que obtiveram Média do Semestre no componente curricular inferior a 6,0 (seis) e obtiveram no mínimo 75% de presença no componente curricular.

O discente não poderá ser submetido a mais de duas avaliações no mesmo dia.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, observado o período determinado no calendário acadêmico.

O resultado das avaliações aplicadas no decorrer do bimestre deve ser apresentado aos discentes em até 10 (dias) dias úteis após sua realização.

O discente poderá solicitar revisão da avaliação aplicada, da seguinte forma:

- I- Por meio de pedido verbal, dirigido ao docente do componente curricular, em primeira instância; e
- II- Por meio de requerimento escrito, devidamente fundamentado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da

avaliação, em segunda instância, dirigido ao Coordenador do Curso, que irá intermediar o caso.

Ao receber o requerimento de revisão de avaliação, o Coordenador do Curso terá o prazo de até 02 (dois) dias úteis para solicitar ao docente a revisão pleiteada ou indeferir o requerimento e informar a decisão ao discente.

O discente que faltar a qualquer avaliação, em 1ª chamada, poderá requerer 2ª chamada, na coordenação de curso, em até três (03) dias úteis após a 1ª chamada, utilizando um dos documentos justificativos abaixo especificados:

- I- atestado médico, comprovando a situação que o impossibilitou de participar das atividades escolares do dia;
- II- declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III- declaração de servidor do IFMT, com anuência expressa do Diretor do *Campus*, comprovando que o discente estava representando o IFMT; e
- IV- atestado de óbito de cônjuge/companheiro ou parentes por consanguinidade/afinidade até segundo grau.

Atendidas as condições acima discriminadas, o Coordenador do Curso deferirá o requerimento e o encaminhará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao docente responsável.

Decorrido o prazo de segunda chamada, será atribuída nota 0,0 (zero) ao discente que não compareceu para realizar a avaliação.

22.2 RECUPERAÇÃO

Os estudos de recuperação são espaços formativos que possibilitam ao docente rever sua prática de ensino a fim de ressignificá-la, oportunizando ao discente superar lacunas da aprendizagem e dos resultados obtidos ao longo do período letivo, num processo em que se valorize a construção do conhecimento e serão realizados de forma paralela, em momentos diversos por meio de estratégias definidas pelos docentes.

O discente que obtiver baixo rendimento na aprendizagem terá direito a estudos de recuperação paralela.

O docente realizará atividade orientada, conforme a dificuldade do discente ou do grupo de discentes, de acordo com a peculiaridade de cada componente curricular, visando recuperar as dificuldades de aprendizagem.

Os estudos de recuperação paralela deverão propiciar novos momentos avaliativos, quando este já estiver ocorrido.

Após o processo de recuperação paralela será mantido o melhor desempenho.

Os estudos de recuperação serão desenvolvidos paralela e continuamente às aulas regulares, podendo ocorrer, também, em horários alternativos a serem definidos conjuntamente pelo docente e equipe pedagógica, inseridos no PTD dentro da distribuição de encargos didáticos de manutenção e apoio ao ensino, respeitando-se o que estabelece a resolução vigente.

Entende-se por estudos de recuperação paralela todas as atividades a serem desenvolvidas para sanar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem, tais como:

- aula presencial;
- estudo dirigido;
- trabalhos extraclasse;
- atendimento individual ou em grupo, entre outros.

No final do período letivo, os discentes que não atingirem, por componente curricular, média semestral igual ou maior que 6,0 e presença geral maior ou igual a 75%, terão direito à Prova Final (PF).

22.3 PROVA FINAL

A prova final consiste em uma única avaliação escrita, devendo contemplar os conteúdos trabalhados no período letivo.

Compete ao Coordenador de Curso convocar por escrito os discentes que terão direito à prova final, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis de antecedência da realização da prova, conforme o calendário escolar.

Será atribuída nota 0,0 (zero) ao discente que não fizer a Prova Final.

Depois da Prova Final será considerado aprovado, no componente curricular, o discente que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco), que deverá ser calculada da seguinte forma:

Resolução CONSUP/IFMT N°073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT N°077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Para Curso Semestral:

$$MF = \frac{Ms + Pf}{2}$$

Onde:

MF = Média Final;

Ms = Média Semestral;

Pf = Nota da Prova Final.

A atribuição de notas e faltas ao discente é de competência exclusiva do docente responsável pelo componente curricular.

22.4. DEPENDÊNCIA

O regime de dependência não se aplica ao curso subsequente em razão da matrícula ser realizada por disciplina. Dessa forma o aluno que não atingir o aproveitamento suficiente para aprovação na disciplina, deverá realizar a matrícula novamente.

22.5 FREQUÊNCIA

No que se refere à frequência fica estabelecido que o discente será aprovado se obtiver média de aprovação e no mínimo 75% de frequência, calculados com base na carga horária total do componente curricular do período letivo, conforme artigo 24, inciso VI, da LDB Lei no 9.394/96.

Compete ao docente de cada disciplina monitorar a frequência dos discentes na disciplina, e ao coordenador do Curso monitorar a frequência geral dos discentes das turmas do Curso sob sua responsabilidade e juntos com apoio da direção de ensino, adotar medidas de prevenção ou superação de faltas, bem como prestar informações aos discentes e seus responsáveis a respeito dos riscos pelo excesso de faltas cometido.

23. AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS

A avaliação por competências, ou seja, conhecimento e experiências é um

processo pelo qual se compilam evidências de desempenho e conhecimentos de um indivíduo em relação a competências profissionais requeridas, a aprovação ocorre por meio da verificação dos conhecimentos adquiridos numa escala de pontos ou conceitos que compõem o resultado final compatível com o exigido para aprovação nas disciplinas ou curso.

Busca-se por meio da avaliação por competências reconhecer as experiências e saberes compatíveis ao desempenho profissional posposto no curso, através de processos organizados com base em parâmetros de referência para avaliar a equivalência das competências apresentadas.

A avaliação por competências no Curso Técnico Agropecuária obedecerá as normas da Organização Didática do IFMT/2014, conforme seção VI.

24. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Objetivando a avaliação continuada e o aperfeiçoamento do curso Técnico em Agropecuária *Subsequente*, será aplicado a cada dois anos, um instrumento de avaliação de curso baseado em critérios chave como: organização didática pedagógica aplicada; corpo docente e práticas pedagógicas; infraestrutura e entendimento dos discentes quanto a própria aprendizagem.

O processo de Avaliação do Curso exigirá a criação de instrumento de avaliação com objetivo de coletar informações das atividades desenvolvidas e os resultados alcançados. Este instrumento deverá ser criado por uma comissão delegada pela Direção do Campus, composta pelo Coordenador do Curso, docentes e discentes considerando os seguintes aspectos:

1. Quanto à organização e infraestrutura
 - Sistemática de diálogo com a comunidade e processo de inscrições;
 - Instalações e equipamentos (suficientes e adequadas)
 - Atendimento ao discente (interno, externo, integral)
 - Nível de aplicabilidade dos instrumentos legais (legislação e normas internas)
 - Acervo bibliográfico e acesso a biblioteca;
 - Acessibilidade e atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais – PNE;

- Inclusão social e suporte as dificuldades socioeconômicas dos discentes.

2. Quanto desenvolvimento das disciplinas:

- Material didático (fornecimento e qualidade)
- Conhecimento do Plano de Ensino (entrega do plano e ementário)
- Conhecimento da Organização Didática, do regime disciplinar Discente e do Calendário;
- Recursos audiovisuais;
- Ação docente (abordagem, segurança do conteúdo, clareza e objetividade);
- Estímulo a participação (nas aulas e atividades culturais e de pesquisa e extensão);
- Considerações da opinião dos discentes (lideranças e outras formas de expressão);

3. Quanto a auto avaliação (os discentes em foco)

- Segurança quanto a própria aprendizagem;
- Como cumprem seus compromissos acadêmicos;
- Nível de participação e interação nas atividades acadêmicas.

Durante a avaliação será atribuído conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência. A atribuição dos conceitos deve ser feita da seguinte forma:

- Conceito 1 – NÃO EXISTENTE;
- Conceito 2 – INSUFICIENTE;
- Conceito 3 – SUFICIENTE;
- Conceito 4 – MUITO BOM;
- Conceito 5 – EXCELENTE.

O conceito do curso será calculado, com base na média aritmética simples resultante dos indicadores. Os critérios de análise serão obtidos no referencial teórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP do Ministério da Educação – MEC, para aqueles critérios que são compatíveis com o ensino técnico.

Os resultados obtidos serão considerados como importantes indicadores de melhoria do curso no que refere a oferta, a prática pedagógica, ao estímulo ao envolvimento com o conhecimento técnico científico e a qualidade da educação profissional exercida.

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Caso o conceito do curso for inferior à SUFICIENTE será designada uma Comissão constituída por, no mínimo, três professores que terão até 90 (noventa) dias para apresentar um relatório contendo um diagnóstico de critérios que apresentam deficiência no curso e um plano de ação mitigador ao Departamento de Desenvolvimento Educacional – DDE, que tomará as medidas cabíveis para execução do Plano de Melhoria do curso.

25. PLANO DE MELHORIA DO CURSO

A consolidação do curso se dará pela construção de sua identidade mediante a busca da qualidade do ensino; pelo compromisso de formar profissional de alto nível; por procurar corresponder às expectativas da comunidade escolar a quem o curso se destina.

As ações de melhoria do curso consistem na aquisição de material bibliográfico, manutenção da infraestrutura das salas de aula, dos laboratórios de topografia, mecanização agrícola e dos setores de zootecnia, agricultura e agroindústria.

Como dever institucional todos os envolvidos no processo precisam estar cientes do compromisso de manter vigilante quanto a constante revisão e atualização dos processos formativos, pois, como o mundo e a natureza, o ensino é vivo, dinâmico e está em constante reconstrução, onde os pares se auxiliam e se completam na busca pelo saber mais.

Nesse cenário os sujeitos são ativos e atuantes, cada um no seu papel de elevar a qualidade da educação nos cursos de formação profissionalizante no IFMT – *Campus Cáceres*.

Desse modo, os dados de ingresso e permanência, dos indicadores internos de evasão e repetência, do indicador externo de avaliação no ENEM, entre outros, serão discutidos, essencialmente no início de cada período letivo, e serão motivadores de medidas e propostas, implementadas com definições de metas a serem alcançadas visando a melhoria do Curso.

Com a certeza de que apenas os dados quantitativos não traduzem todos os problemas, temos a Coordenação de Curso, a Direção de Ensino, a Coordenação Geral de Ensino, a Supervisão Pedagógica, a Orientação Educacional como

importantes sujeitos que auxiliarão cada um no seu papel na criação de estratégias para enfrentamento e superação dos problemas.

A questão de melhoria do curso perpassa pela busca incessante pela melhoria da qualidade do ensino, desse modo, mesmo que o resultado da avaliação do curso for SUFICIENTE, MUITO BOM OU EXCELENTE, fica a cargo do Coordenador de Curso instituir uma comissão com a responsabilidade pela elaboração do plano anual de melhoria do curso.

Em relação aos aspectos de estrutura física do curso, julga-se necessário a construção de uma estrutura física moderna de galpões nos setores de zootecnia (aves, suínos e bovinos). Nos setores de agricultura (agricultura I, II e III) a instalação de áreas produtivas em modelo de parcelas demonstrativas. Também existe uma demanda de aquisição de bibliografias, pois o acervo atual além de insuficiente necessita de constante atualização.

26. ATENDIMENTO AO DISCENTE

O IFMT *Campus* Cáceres possui em sua estrutura a Coordenação Geral de Assistência ao Estudante, onde estão presentes a Orientação Educacional, a Supervisão Pedagógica, a Assistente Social e Assistentes de Alunos. Tal equipe é responsável, em grande medida, pelo desenvolvimento e elaboração de políticas de controle de evasão e política de permanência.

Além disso, o *Campus* está estruturado com alojamentos feminino e masculino, permitindo que os estudantes de outras localidades possam realizar seus estudos na instituição sem ônus para as famílias e conta ainda com consultório odontológico e enfermaria à disposição de alunos e servidores.

Os alunos podem ainda contar com as bolsas de assistência estudantil (monitoria, alimentação, transporte, fotocópias), com editais específicos a cada período letivo, abertos à participação de todos os estudantes. Nos últimos anos, vem sendo realizada a doação de uniformes aos estudantes.

Os registros de frequência dos alunos são realizados virtualmente, em sistema eletrônico de registro escolar, sendo acompanhado regularmente pela equipe da Orientação Educacional e pela Supervisão Pedagógica, podendo ainda ser acompanhados pelos pais ou responsáveis dos alunos. Quando necessário, a

equipe pedagógica do *Campus* entra em contato com as famílias, informando da ausência do estudante e investigando, se for o caso, os motivos para tal problema.

Quanto ao acesso a estudantes com deficiências o IFMT Campus Cáceres possui em sua estrutura o Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas (NAPNE). Compete a tal núcleo atuar diariamente no sentido de possibilitar igualdade de acesso e permanência aos estudantes com necessidades específicas, além de desenvolver, juntamente com a Coordenação Geral de Ensino, onde está lotada, políticas de inclusão e respeito à diversidade. Assim, pretende-se reduzir ao máximo o número de estudantes que evadem por tratamento diferenciado em função da diversidade étnica, cultural e/ou socioeconômica.

Além disso, o prédio do IFMT Campus Cáceres vem avançando no sentido de tornar-se totalmente acessível aos portadores de necessidades específicas, sendo que já possui a maioria de seus espaços de acordo com as normas de acessibilidade (banheiros, corredores e salas de aula). As novas salas de aula, biblioteca e auditório estão sendo construídos visando a acessibilidade total para alunos, servidores e comunidade em geral.

Todas essas ações visam melhorar as condições de permanência dos alunos no IFMT *Campus* Cáceres, e fazem parte, com os projetos pedagógicos desenvolvidos pelos professores e toda a equipe, da Política de Permanência e Controle de Evasão deste *Campus*.

27. POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO

A qualidade social da educação brasileira é uma conquista a ser construída de forma negociada, pois significa algo que se concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os sujeitos que nela atuam direta e indiretamente. Significa compreender que a educação é um processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam.

A garantia de padrão de qualidade é um dos princípios da LDB 9394/96 (inciso IX do artigo 3º) relativo aos conhecimentos e valores. Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola. Assim, a qualidade social da educação escolar supõe a sua permanência, a redução da evasão e da repetência.

Para assegurar o acesso ao ensino médio e pós médio técnico como um direito público, o IFMT/*Campus* Cáceres instituiu medidas que centram nas relações entre a escola, os pais ou responsáveis, e a comunidade, de tal modo que a escola e os sistemas de ensino tornam-se responsáveis por:

- zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola;
- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos estudantes que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Além disso, elabora plano de ações visando a diminuição da evasão escolar, envolvendo os professores e alunos na análise estatística da evasão no *Campus* nos últimos cinco anos e refletindo as causas e efeitos; identificar o perfil da escola adequada para a educação profissional; elevar a qualidade do ensino-aprendizagem para contornar essa situação problema.

Desse modo o IFMT – *Campus* Cáceres, considera que o acesso e permanência na escola devem acontecer de maneira democrática, por isso as atividades devem ter alcance de estudo, reflexão e ações com base na teoria de Heijmans (2011), de situações como: o nível de socioeconômico dos alunos; a política educacional; a relação da escola com a cultura jovem; a estrutura organizacional e pedagógica da escola; a necessidade de o jovem ter que optar pelo estudo ou trabalho, e questões curriculares.

28. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Ao concluinte do Curso Técnico em Agropecuária *Subsequente* ao Nível Médio, será outorgado diploma de Técnico em Agropecuária quando o discente concluir com êxito todos os componentes curriculares do curso e o estágio supervisionado de 160 (cento e sessenta) horas, em empresas ou instituições devidamente cadastradas pela CIEC.

Os diplomas do Curso Técnico em Informática serão emitidos, registrados e validados pela Secretaria Geral de Documentação Escolar de cada *Campus* Cáceres conforme dispõe a Organização Didática do IFMT

29. QUADRO DE DOCENTES

No Quadro 4 lista os docentes que atuam de forma direta no curso proposto. Caso necessário, poderão ser contratados professores substituto-temporários.

Quadro 04: Docente que poderão atuar de forma direta no Curso Técnico em Agropecuária Subsequente

Servidor	Admissão	Regime de trabalho	Núcleo	Graduação	Mestrado	Doutorado
Abdala Untar	10/01/2011	DE	Técnico	Eng. Agrônomo	Extensão Rural	-
Admilson Costa da Cunha	25/01/2010	DE	Técnico	Licenciatura em Ciências Agrícola	Ciência e Tecnologia de Alimentos	-
Antonio Nobre da Silva	02/02/2010	DE	Técnico	Bacharel em Agronomia	Agricultura Tropical	-
Carlos Donizeti de Oliveira Barbosa	17/11/1995	DE	Técnico	Bacharel em Zootecnia	Zootecnia	-
Denise Dalmas Rodrigues	25/01/1995	DE	Comum	Licenciatura em Letras	Educação Agrícola	-
Fernando Rodrigues Maciel	01/09/1992	DE	Técnico	Bacharel em Zootecnia	Zootecnia	-
Gilmar Batista Marostega	01/11/1983	DE	Técnico	Licenciatura em Ciências Agrárias	Ciências Ambientais	-
Heitor Azuaga Aires da Silva Filho	05/02/2010	DE	Técnico	Graduação em Medicina Veterinária	Educação Agrícola	-
Inez Aparecida Deliberaes Montecchi	23/07/2007	DE	Comum	Licenciada em Letras	História	-
Juçara Tinasi de Oliveira	07/01/2009	DE	Técnico	Bacharel em Medicina Veterinária	Ciências Veterinárias	-
Luciano Recart Romano	26/01/2010	DE	Técnico	Engenharia Agrícola	Ciências e Tecnologia de Sementes	-
Marcio Cleis Gonçalves	26/01/2010	DE	Técnico	Graduação	Ciências Agrárias	-
Monique Virões Barbosa dos Santos	02/08/2012	DE	Técnico	Zootecnia	Produção Animal	-

Paolo Targioni	08/08/2013	DE	Técnico	Ciências Sociais	Sociologia	-
Paulo Ribeiro de Barros	01/03/2010	DE	Técnico	Bacharel em Medicina Veterinária	Educação Agrícola	-
Roney Mendes de Arruda	29/01/2010	DE	Técnico	Graduação em Zootecnia	Agricultura Tropical	-
Juberto Babilônia de Sousa	26/01/2010	DE	Técnico	Bacharel em Agronomia	-	Geografia
Andréa Luiza Ramos Pereira Xisto	24/11/2011	DE	Técnico	Engenheiro Agrônomo	-	Ciência dos Alimentos
Jonas de Miranda Pinto	16/03/1987	DE	Técnico	Licenciatura em Ciências Agrárias	-	Fitotecnia
Jose Ricardo Castrillon Fernandez	26/03/1992	DE	Técnico	Bacharel em Ciências Agrárias	-	Agricultura Tropical
Milson Evaldo Serafim	03/02/2010	DE	Técnico	Engenheiro Agrônomo	-	Ciência do Solo
Selma Alves Abrahão	19/09/2012	DE	Técnico	Engenharia de Agrimensura	-	Engenharia Agrícola
Victor Manuel Aleixo	16/03/1982	DE	Técnico	Bacharel em Medicina Veterinária	-	Ecologia e Recursos Naturais
Wagner da Cunha Siqueira	08/06/2011	DE	Técnico	Bach. Engenharia Agrícola	-	Engenharia Agrícola

30. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

30.1. Instalações Físicas

1 - Setor de Avicultura, constituído de 3 galpões de frango de corte com capacidade de produção simultânea de 5.000 aves, um galpão de aves de postura com capacidade para alojamento de 1000 aves, uma sala de aula com capacidade para 40 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas e equipamentos;

2 - Setor de Suinocultura, constituído de 2 galpões de suínos, sendo um para terminação em cama sobreposta, com capacidade para alojar 16 matrizes, uma sala de aula com capacidade de 40 alunos, uma sala de professor, banheiros e uma sala para guardar ferramentas e equipamentos;

3 - Setor de Bovinocultura, constituído de um estábulo com sala de ordenha, 100 ha de pastagem distribuído entre gado de corte e de leite, uma central de inseminação artificial e transferência de embriões, uma sala de aula com capacidade de 40

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas, equipamentos e medicamentos;

4 - Setor de Agroindústria, constituído por um abatedouro de aves e suínos, um abatedouro de bovinos, um laticínio com capacidade de processamento de 3.000 litros/dia, um laboratório para processamento de carne, e um para processamento de frutas e verduras, uma sala de aula com capacidade para 40 alunos, uma sala de professor e banheiros e uma fábrica de ração com equipamentos semiautomáticos;

5 - Setor de Olericultura, constituído de uma área de 5 ha equipada com sistema de irrigação, uma sala de aula com capacidade de 40 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas, equipamentos e insumos;

6 - Setor de culturas anuais, constituído de uma área de 50 ha, sendo 10 ha equipada com sistema de irrigação por pivô central, uma sala de aula com capacidade de 40 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas, equipamentos e insumos;

7 - Setor de Culturas Perenes, constituído de uma área de 10ha, uma sala de aula com capacidade de 40 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas, equipamentos, insumos e processar frutas;

8 - Setor de Mecanização Agrícola, constituído por uma sala de aula com capacidade de 50 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas e equipamentos, galpão para guardar máquinas;

9 - Apiário Escola, com uma sala de aula para 20 alunos, uma sala de professor, uma sala de manipulação de mel, um depósito e uma sala de equipamentos; florestal uma sala de aula com capacidade de 40 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas e equipamentos, e um viveiro para mudas;

10 - Setor de Criações Alternativas, que é constituído de uma sala de aula com capacidade de 20 alunos, uma sala de professor, banheiros e duas salas para guardar ferramentas, equipamentos, uma sala para processamento de mel, minhocário e aprisco com 6ha de pastagem.

11 - Alojamentos são 04 alojamentos masculinos com capacidade total para 200 alunos e um alojamento feminino com capacidade para 20 alunas.

12 - Prédio Central, constituído por instalações para a parte administrativa e pedagógica, que compreende 16 salas que comportam 3 professores cada uma, um auditório com capacidade para 150 pessoas, uma sala para a supervisão e uma

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.
Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

para a orientação pedagógica. Conta ainda com 6 salas de aulas com capacidade de 40 alunos e laboratórios de física, química, informática, biologia e topografia com capacidade para 30 alunos.

13 - A parte esportiva conta com uma quadra coberta e um campo de futebol.

14 – Bloco de saúde, composto por enfermaria e consultório odontológico.

30.2. Estruturas adaptadas para promoção de acessibilidade

As instalações estão sendo adaptadas em todas as instalações do Campus para a promoção da acessibilidade.

30.3. Equipamentos

No Quadro 5 abaixo estão os principais equipamentos utilizados pelo Curso Técnico em Agropecuária Subsequente.

Quadro 5: Relação dos equipamentos utilizados pelo Curso Técnico em Agropecuária Subsequente

ítem	Equipamentos	Quant.	Conservação
01	Trator agrícola de rodas, potência de 86cv	01	Bom
02	Trator agrícola 4x2 com potência de 75 cv	01	Bom
03	Microtrator de 04 rodas, 14,7cv	01	Bom
04	Microtrator com aparador de grama	01	Bom
05	Trator Agrícola New Holland	01	Bom
06	Trator de Pneu agrícola, com potência de 78 cv	02	Bom
07	Grade aradora com controle de acionamento hidráulico	01	Bom
08	Pulverizador Agrícola de Barras	01	Bom
09	Recuperadora de pastagem e subsolador	01	Bom
10	Cultivador para 12 linhas acoplado ao sistema hidráulico	01	Bom
11	Cultivador adubador agrícola de 11 enxadas	01	Bom
12	Cultivador de enxadas modelo com 9 enxadas	01	Bom
13	Carreta graneleira 4 rodas	02	Bom
14	Compressor de ar 200 libras	01	Bom
15	Roçadeira hidráulica para micro trator	01	Bom
16	Roçadeira lateral com guidão, 43 CC, 2,5 HP	02	Bom
17	Colhedora forrageira Pecus 9004 com roda com bica	01	Bom
18	Plantadeira de grãos	01	Bom
19	Grade aradora/gradebaldan	01	Bom
20	Ensiladeira de forragem	01	Bom
21	Grade niveladora GN 195 Kohler	01	Bom
22	Rolo faca utilizado para sistema de plantio	01	Bom
23	Enxada rotativa	03	Bom

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

24	Arado Reversível com 3 discos	01	Bom
25	Distribuidor de esterco líquido	01	Bom
26	Subsolador com 05 hastes, marca Baldan	01	Bom
27	Demolidora de cupineiro	01	Bom
28	Enfardadeira mecânica, 70cv, peso do fardo de 250 Kg	01	Bom
29	Carreta Basculante com sobretampa	02	Bom
30	Plantadeira adubadeira de precisão, Baldan, PP-4000N	01	Bom
31	Colhedeira de forragem JF JF90 SUPER	01	Bom
32	Bebedouro Industrial 40 litros	10	Bom
33	Ar condicionado 18.000Btus	40	Bom
34	Mesa para professor	40	Bom
35	Pivot Central com uma Torre Central	01	Bom
36	Armário de aço 2 portas tipo guarda roupa	60	Bom
37	Comedouro aviflex para aves	01	Bom
38	Debicador elétrico para aves	01	Bom
39	Balança para suíno Plataforma 1000 Kg	01	Bom
40	Balança digital, capacidade 25 Kg	01	Bom
41	Detector de prenhez para suínos RHEINTECHNIK	01	Bom
42	Tatuador de orelhas bovinas c/03 série universal	01	Bom
43	Aplicador de vermífugos para suínos e ovinos tipo pistola	01	Bom
44	Aparelho de ar condicionado tipo spliter 30000BTUS	10	Bom
45	Sistema de ordenha mecânica balde ao pé.	01	Bom
46	Tanque Galvanizado inox tipo bebedouro australiano 5.000L	03	Bom
47	Botijão para sêmen bovino	01	Bom
48	Desintegrador de forragens	01	Bom
49	Maleta completa de eletroejaculador	01	Bom
50	Rebanho Bovino de corte e leite	200	Bom
51	Ultrassom veterinário de raio X, WED9618V	01	Bom
52	Tronco Master III – Catraca com balança portátil de barras	01	Bom
53	Lupa estereoscópica Binocular	02	Bom
54	Microscópio estudar Lab. 24143000	02	Bom
55	Microscópio Óptico OTI 2	04	Bom
56	Destilador de água de parede	01	Bom
57	Estufa para esterilização secagem	01	Bom
58	Banho Maria elétrico	01	Bom
59	Capela para exaustão Marca Permutation	03	Bom
60	Centrífuga elétrica digital marca OLIDEF	01	Bom
61	Módulo de Física geral	01	Bom
62	TV 33 polegadas com placa RF	03	Bom
63	Data Show	10	Bom
64	Kit eletricidade, eletrostática, eletrodinâmica, magnetismo inclui apoio de vídeo	04	Bom
65	Kit mecânica, metrologia, Cinética, dinâmica, inclui softwares e Vídeo	04	Bom
66	Rebanho suíno, estabilizado.	150	Bom
67	Carteiras universitárias	400	Bom
68	Conjunto de fábrica de ração composto de silo graneleiro, moinho, balança, misturador e ensacadora.	01	Bom
69	Laticínio composto por caldeira, tanque homogeneizador, pasteurizador, ensacadora e iogurteira, interligadas.	01	Bom

30.4. Biblioteca

Compreende uma construção de 300m², com iluminação adequada, funcionando em três turnos ininterrupto, com 4.500 títulos, 6.957 volumes, 208 CD, 183 DVD, vídeos e softwares, 364 fitas VHS a serem transferidas para DVD, 03 armários com portas, 04 prateleiras expositoras, 16 prateleiras dupla face, 20 mesas c/ cadeiras para estudo individual, 15 jogos de mesas com 4 cadeiras, 02 carrinhos livreiro, 02 banheiros, um laboratório de informática com 20 computadores, 01 armário com 08 portas para capacetes, 08 armários com 128 lugares para bolsas, 01 sala de gerencia da biblioteca, 04 computadores completos e balcão de atendimento, com uma sala específica para o uso de computadores e acesso à internet.

Funciona de segunda à sexta, no período de 7:00 à 22:30 horas.

30.5 Acervos Bibliográficos

No Quadro 6 abaixo consta o acervo específico para o curso Técnico em Agropecuária Subsequente.

Quadro 6: Relação dos acervos bibliográficos presente na biblioteca do Campus de uso do curso

Autor	Título	Editora	Ed.	Ano	Quant.
Bernardo, Salassier ; Soares, Antonio Alves; Mantovani, Everardo Chartuni	Manual de Irrigação	UFV		2008	10
Denículi, Wilson; Silva, Demetrius David da; Oliveira, Rubens Alves de	Hidraulica de Condutos Perfurados	UFV		2004	10
Denículi, Wilson	Bombas Hidráulicas	UFV		2005	5
Pruski, Fernando Falco; Brandão, Viviane dos Santos; Silva, Demétrius David da	Escoamento Superficial	UFV	2º	2006	5
Brandão, Viviane dos Santos; Cecílio, Roberto Avelino; Pruski, Fernando	Infiltração da Água no Solo	UFV	3º	2006	5

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

Falco; Silva, Demétrius David da					
Mantovani, Everardo Chartuni; Bernardo, Salassier; Palaretti, Luiz Fabiano	Irrigação – princípios e métodos	UFV	3º	2009	10
Carvalho, Jacinto de Assunção; Oliveira, Luiz Fernando Coutinho	Instalações Bombeamento para Irrigação - Hidráulica e Consumo de Energia	UFLA		2008	10
Silveira, Gastão Moraes da	Máquinas para Colheita e Transporte	Aprenda Fácil		2001	10
Portella, José Antonio	Sementes para Plantio diretoeadora	Aprenda Fácil		2001	10
Portella, José Antonio	Colheita de Grãos Mecanizada	Aprenda Fácil		2000	10
Silveira, Gastão Moraes da	Máquinas para Plantio e Condução das Culturas	Aprenda Fácil		2001	10
Silveira, Gastão Moraes da	Os Cuidados com o Trator	Aprenda Fácil		2001	10
Vieira, Sonia	Estatística Experimental	Atlas	2º	1999	10
Banzatto, David A/ Kronka, Sergio do N.	Experimentação Agrícola	Funep	4º	2006	10
Martin, Luiz Carlos Tayarol	Bovinos Volumosos Suplementares	Nobel	1º		5
Berchielli, Telma Teresinha; Pires, Alexandre Vaz; Oliveira, Simone Gisele de.	Nutrição de Ruminantes	Funep	1º	2006	5
Cotta, Tadeu	Minerais e Vitaminas para Bovinos, Ovinos e Caprinos	Aprenda Fácil	1º	2001	5
Pereira Filho, Israel Alexandre; Rodrigues, Jose Avelino Santos; Cruz, Jose Carlos	Produção e Utilização de Silagem de Milho e Sorgo	Embrapa	1º	2001	5
	Alimentação dos animais Monogástricos: suínos, coelhos e aves		1º		5
Autores diversos	Manual de técnicas de análise microbiológica de alimentos e água	Varela	4º	2010	10

Stephen, J. Forsythe	Microbiologia da segurança alimentar	Artmed	1º	2002	10
Jay, James M.	Microbiologia de alimentos	Artmed	6º	2005	10
Madigan, Michael T; Martinko, John M; Parker, Jack	Microbiologia de Brock	Prentice-Hall	10º	2004	10
Vieira, Regine Helena S. dos Fernandes	Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática	Varela	1º	2003	10
Heraldo A. Britski, Keve Z. de S. de Silimon, Balsac S. Lopes	Peixes do Pantanal: manual de identificação	Embrapa	2º	2007	10
Morais, André Steffens; Marques, Débora K. S,	Coleção 500 Perguntas 500 Respostas: Pesca e Piscicultura no Pantanal	Embrapa	1	2010	5
Vieira, Priscila; Logato, Rosa	Nutrição e Alimentação de Peixes de Água Doce	Aprenda fácil	1	2000	5
Pereira, Milton Fischer	Construções Rurais	Nobel	1	1986	10
Borges, Alberto de Campos	Prática das Pequenas Construções – Volume 1	Edgard Blucher	5	2009	10
Minguela, Jesús Vazquez	Manual de Aplicação de Produtos Fitossanitários	Aprenda Fácil			5
Autores Diversos	Sistema Brasileiro de classificação de solos	EMBRAPA		2006	10
Santos, R.D.	Manual de descrição e coleta de solos a campo	SBCS	5º	2005	10
Resende, M.; Curi; N.; Rezende, S.B.de; Corrêa, G.F	Pedologia: Base para distinção de ambientes	UFLA	5º	2007	10
Amorim; Rezende; Bergamin Filho	Manual de Fitopatologia - Volume 1 - Princípios e Conceitos - 4ª Edição	Agronômica Ceres	4º	2011	10
Kimati, Amorim, Rezende, Bergamim Filho e Camargo	Manual de Fitopatologia - Volume 2 - Doenças das plantas cultivadas - 4ª Edição	Agronômica Ceres	4º	2005	10
Borém e Miranda	Melhoramento de plantas (5ª edição, atualizada e ampliada) (Capa Dura)	UFV	5º	2009	10
Bueno; Mendes; Carvalho	Melhoramento genético de plantas	UFLA		2001	10

Resende	Genética biométrica e estatística no melhoramento de plantas perenes	EMBRAPA		2002	10
Domingos Gallo, Octavio Nakano, Sinval Silveira Neto, Ricardo Pereira Lima Carvalho, Gilberto Casa Dei De Batista	Entomologia Agrícola	FEALQ		2002	10
Lara, Fernando Mesquita	Princípios de Entomologia	ICONE	3º	1992	10
Fernando Mesquita Lara	Princípios de resistência de plantas a insetos	ICONE		1991	10
Silva, Reginaldo Macedônio	Introdução ao Geoprocessamento- Conceitos, técnicas e aplicações	OICINA			10
Almeida, Claudia Maria de	Geomática: modelos e aplicações ambientais.	EMBRAPA	1º	2007	10
Silva, Lucilio Barbosa da	Medindo Imóveis Rurais com GPS	LK	1º	2001	10
Moliterno, A	Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira	Manole	4º		10
Pfeil, W; Pfeil, M	Estruturas De Madeira	LTG	6º	2003	10
Eduardo Delgado Assad, Edson Eyji Sano	Sistemas de informações geográficas – aplicações na agricultura	EMBRAPA	2º	1998	10
Lamparelli, R. A C.; Rocha, J. V; Borghi, E	Geoprocessamento e agricultura de precisão: fundamentos e aplicações	Agropecuária		2001	10
Novo, E.M.L.M	Sensoriamento remoto: princípios e aplicações	Edgard Blucher	4º	2010	10
Freire, Paulo	Comunicação ou Extensão?	Vozes		1982	10
Caetano, José	O processo educativo não-formal da Extensão Rural	EMATER/RS		1994	5

Caporal, Francisco Roberto e Ladjane de Fátima Ramos	Da Extensão Rural convencional á Extensão Para o Desenvolvimento Sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia.	MDA/SAF/DATER		2006	5
Heloísa Máscia Cecchi	Fundamentos Teóricos e Práticos em Análise de Alimentos	Unicamp	2º	2003	10
Paulo Henrique Fonseca da Silva et al	Físico-química do leite e derivados: Métodos Analíticos	Oficina da Impressão		2006	10
Instituto Adolfo Lutz	Manual de análise de alimentos do IAL	IAL	5ª	2005	10
Regulamento de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal – RISPOA	Ministério da Agricultura e Pecuária	MAPA		2006	10
Batalha, Mario Otavio	Gestão agroindustrial Vol I	Atlas	2ª	2001	10
Batalha, Mario Otavio	Gestão agroindustrial Vol II	Atlas	2º	2001	10
Marcus Possi et al.	Gerenciamento de Projetos – Aspectos Humanos e Interpessoais Vol. II	Artmed		2006	10
L. F. Prata	Fundamentos de Ciência do Leite	Unesp		1998	10
M. L. Arruda Behmer	Tecnologia do Leite – Produção Industrialização e Análise	Nobel		2000	10
Bobbio & Bobbio	Introdução à química dos Alimentos	Varela		2005	10
Júlio M. A. Araújo	Química de Alimentos – Teoria e Prática	Imprensa Universitária de Viçosa		2005	10
Champe & Harvey	Bioquímica ilustrada	Artes médicas	2º	2005	10
Campbel	Bioquímica	Artmed		2005	10
Juan A. Ordonez & Cols	Tecnologia de Alimentos Vol. I	Artmed		2006	10
Juan A. Ordonez & Cols	Tecnologia de Alimentos – Vol. II	Artmed		2006	10

P. J. Fellows	Tecnologia do Processamento de alimentos	Artmed		2006	10
Madrid et AL	Manual de Indústria dos Alimentos	Acríbia		2003	10
Maria das Graças Cardoso	Produção de Aguardente de Cana de Açúcar	UFLA		2004	10
Mutton & Mutton	Produção de álcool e aguardente	UNESP		2003	10
Aquarone et al.	Biotecnologia Industrial – Vol. 4	Edgard Blucher Ltda.		2001	10
Chitarra & Chitarra	Fisiologia Pós-colheita de frutas e hortaliças	UFLA		2005	10
Nelcindo Terra	Apontamentos em Tecnologia de Carnes	Unisinos		2001	10
Lawrie, R. A.	Ciência da Carne	Artmed		2006	10
Gaardeu, Jostein	O Mundo de Sofia: romance da história da filosofia	Companhia das Letras		1996	5
Chapaval, Lea; Piekarski, Paulo R. B.	Leite de Qualidade – Manejo Reprodutivo, Nutricional e Sanitário	Aprenda Fácil	1º	2000	10
Peixoto, Aristeu M.; Moura, José C.; Faria, Vidal P.	Bovinocultura Leiteira – Fundamentos da Exploração Racional	Fealq	3º	2000	10
Pires, Alexandre Vaz	Bovinocultura de Corte Volume I	Fealq			10
Pires, Alexandre Vaz	Bovinocultura de Corte Volume II	Fealq			10
Pedreira, Carlos G. S.; Moura, Jose C.; Silva, Sila Carneiro	Produção de Ruminantes em Pastagens	FEALQ	1º	2007	10
Pires, Wagner	Manual de Pastagem – Formação, Manejo e Recuperação	Aprenda Fácil	1º	2006	10
Zambolim, Laércio; Lopes, Carlos Alberto; Picanço, Marcelo Coutinho e Costa, Hélcio	Manejo Integrado de Doenças e Pragas Hortaliças	Embrapa		2007	10
Sviercoski, Rosangela F.	Matemática Aplicada às Ciências Agrárias	UFV		2008	5
Filgueira, Fernando Antonio Reis	Novo Manual de Olericultura	UFV	3º	2008	10

Marengo, Ricardo A.; Lopes, Nei Fernandes	Fisiologia Vegetal	UFV	3º	2009	10
Borém, Aluizio	Glossário Agrônômico	Produção Independente	3º	2005	5
Cegalla, Domingos Paschoal	Novíssima Gramática da Língua Portuguesa	Companhia Editora Nacional	48º	2010	5
Bechara, Evanildo	Moderna Gramática Portuguesa	Nova Fronteira	37º		5
Nalini, Jose Renato	Ética Geral e Profissional	RT	8º	2011	10
Sa, Antonio Lopes De	Ética Profissional	Atlas	9º	2009	10
Bauman, Zygmunt	Aprendendo a pensar com a Sociologia	Zahar	1º	2010	10
Oliveira, Persio Santos	Introdução a Sociologia	Ática	1º	2008	5
Chiavenato, Idalberto	Introdução a Teoria Geral da Administração – ITGA	Campus	1º	2011	5
Russell, Stuart; Norvig, Peter	Inteligência Artificial	Campus	2º	2004	2
Menezes, Paulo Blauth; Toscani, Laira Vieira; López, Javier García	Aprendendo Matemática Discreta com Exercícios	Bookman Companhia Ed	1º	2009	2
Gallo, Ligia Razera	Inglês Instrumental Para Informática	Icone	1º	2008	5
Tavares, Joaquim Farinha Dos S.	Dicionário Verbo de Inglês Técnico e Científico	Verbo	2º	2007	5
Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa	Holanda, Aurélio Buarque	Positivo	5º	2010	3
Antônio Carlos Ribeiro, Paulo Tácito G. Guimarães e Victor Hugo Alvarez V	Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em minas gerais	Independete		1999	10
Lorenzi, Harri	Manual de identificação e controle de plantas daninhas: Plantio Direto e Convencional	Instituto Plantarum	6º	2006	10
Organizado: Andrei Editora	Compêndio de Defensivos Agrícolas	Andrei	8º	2009	5
Olveira, JR., R.s. de; Constantin, J	Plantas Daninhas e Seu Manejo	Agropecuária		2001	5

Oliveira, J. B	Pedologia Aplicada	Fialq	3	2008	5
Meurer, E. J.	Fundamentos de química do solo	Evangraf	4°	2010	5
Prado, H.	Pedologia Fácil		2	2007	5
Brogues, A. de Campos	Prática das Pequenas Construções Volume II	Blucher	6°	2010	10
Andrade, C. de L. T. e et al	Uso e manejo de irrigação	Embrapa	1°	2008	5
Hoffmann, Lanrence D	Calculo em curso moderno e suas aplicações	LTC	10°		5
Bernardo van Rajj	Fertilidade do Solo e Manejo de Nutrientes	IPNI		2011	10
Paulo Schneider, Elvio Giasson, Egon Klamt	Classificação da Aptidão Agrícola das Terras	Agrolivros		2007	10
José Bertone F. Lombardi Neto	Conservação do Solo		7°	2010	10
Gerhard knothe; Jon Van Gerpen	Manual de biodiesel	Edgard Blucher	1ª	2007	10
Gilberto Felisberto Vasconcellos	Biomassa - a Eterna Energia do Futuro	SENAC SP	1ª	2002	10
Frank Rosillo-Calle, Sergio V. Bajay, Harry Rothman, Maria Paula G. D. Roch, José Dilcio Rocha	Uso da biomassa para produção de energia na indústria brasileira	Unicamp	1ª	2005	10
Luis Augusto Barbosa Cortez, Electo Eduardo Silva Lora, Edgardo Olivares Gómez David Drew	Biomassa para energia	Unicamp	1ª	2008	10
	Processos interativos – homem e meio ambiente.	Bertrand Brasil	5ª	2002	5
Marcelo de Andrade Roméro, Gilda Collet Bruna, Arlindo Philip Jr.	Curso de gestão ambiental	Manole	1ª	2004	5
Arlindo Philip Jr.; Maria Cecília Focesi Pelicioni	Educação ambiental e sustentabilidade	Manole	1ª	2005	5
Olavo Cardoso Jorge	Microbiologia - Atividades Práticas	Santos	2ª	2008	10

Gerard Jr. Torora; Berdell R. Funke; Christine L. Case	Microbiologia	Artmed	10 ^a	2011	10
Carlos A. Ferreira, Helton Damin Silva	Formação de Povoamento Florestais	Embrapa	1	2008	5
Novais, R. F.; Victor Hugo Alvarez V., Nairan Felix de Barros, Renildes Lúcio F. Fontes, Reinaldo Bertola Cantarutti e Júlio César Lima Neves	Fertilidade do Solo	SBCS	1	2007	10
Manlio Silvestre Fernandes	Nutrição Mineral de Plantas	SBCS	1	2006	10
Quirijin de Jong van Lier	Física do Solo	SBCS	1	2010	10
Luis Pareto	Formulário Técnico: Resistência e Ciência dos Materiais	Hemus	1	2003	10
Clesio Gabriel Di Blasi	Resistência dos Materiais	Freitas Bastos	2	1990	5
Manoel Henrique Campos Botelho	Resistência dos Materiais	Blucher		2008	10
Marco Rache A. M.	Mecânica Diesel: Caminhões - Pick-ups – Barcos	Hemus		2004	10
Ricardo de C. Alvim	Projeto de Estruturas de Madeira	Blucher		2009	10
Sebastião Venâncio Martins	Recuperação de Áreas Degradadas	Aprenda Fácil	1	2009	5
Jeanine Maria Felfili, Pedro Vasconcellos Eisenlohr, Maria Margarida da Rocha Fiuza de Melo, Leonardo Alves de Andrade, João Augusto Alves Meira Neto.	Fitossociologia no Brasil - Métodos e estudos de casos	UFV	1	2011	10
Rodrigo Studart Corrêa e Gustavo Macedo de Mello Baptista	Mineração e áreas degradadas no cerrado	Universa	1	2004	3
Paulo Cezar Rezende Fontes	Olericultura teoria e prática	Produção Independente			5

Rodrigo Studart Corrêa	Recuperação de áreas degradadas pela mineração no cerrado	Universa	1	2005	3
Jacimar Luiz de Souza	Manual de Horticultura Orgânica	Aprenda Fácil		2006	5
Maria Isabel Fernandes Chitarra e Adimilson Bosco Chitarra	Pós-colheita de frutas e hortaliças - fisiologia e manuseio	UFLA			5
Laércio Zambolim, Marçal Zuppi da Conceição e Thaís Santiago	O que engenheiros agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários				5
Daniel Furtado Ferreira	Estatística Multivariada	UFLA	1	2008	3
Francisco Xavier Ribeiro do Vale, Waldir Cintra de Jesus Junior e Laércio Zambolim	Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas	Perffil		2004	5
Dirceu Agostinetto e Leandro Vargas	Resistência de plantas daninhas a herbicidas no brasil	Gráfica Berthier			
Erivelton Scherer Roman, Hugh Beckie, Leandro Vargas, Linda Hall, Mauro Antonio Rizzardi e Thomas M. Wolf	Como funcionam os herbicidas da biologia à aplicação	Gráfica Editora Berthier		2007	5
Ingo Wolfgang Sarlet	Direito constitucional ambiental Estudos sobre a Constituição, os direitos fundamentais e a proteção do ambiente	RT		2011	2
Guilherme José Purvin de Figueiredo	A propriedade no direito ambiental	RT	4ª	2010	2
Ricardo Luís Lorenzetti	Teoria geral do direito ambiental	RT		2010	2
Fernando Reverendo Vidal Akaoui	Compromisso de ajustamento de conduta ambiental - 3ªed.	RT	3	2010	2

José Rubens Morato Leite	Dano ambiental - Individual ao coletivo extrapatrimonial, Do. Teoria e prática.	RT	4º	2010	2
Sidney Bittencourt	Comentários à lei de crimes contra o meio ambiente e suas sanções administrativas	Forum	3º	2011	3
Pedro C. Binsfeld org.	Biosegurança em Biotecnologia	Interciência			2
Talden Farias	Licenciamento Ambiental: Aspectos Teóricos e Práticos	Forum	3º	2010	2
Benedito Ferreira Marques	Direito Agrário Brasileiro	Atlas	9º	2011	5
Ronaldo Coutinh, Rogério Rocco	O Direito Ambiental das Cidades	Lumen Juris	2º	2009	2
Ronaldo Coutinho, Rogério Rocco	O Direito Ambiental das Cidades	Lumen Juris	2º	2009	2

31. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Larissa. Contratações devem crescer nos setores de serviços e informática. Mogi News. 03 de Abril de 2011. Negócios e Empregos. Disponível em: <<http://www.moginews.com.br/materias/?ided=1159&idedito=35&idmat=89329>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2014.

BRASIL. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Educasenso 2013; Site: portalinep.gov.br/basico-censo, consultado em 26 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC/SETEC: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cartilha esclarecedora sobre a lei do estágio. Lei nº 11.788/2008. Brasília: TEM; SPPE. DPJ, CGPI. 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional (Diário Oficial da União), 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. MEC, SEB, DICEI, Brasília: 2013.

Resolução CONSUP/IFMT Nº073, de 30 de setembro de 2015, Reformulação PPC.

Resolução CONSUP/IFMT Nº077, de 30 de maio de 2016, Autorização de funcionamento

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico/ Ministério da Educação. Brasília, 2000.

BRASIL. Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, MEC/CNE/CEB. Resolução nº 02, de 11 de setembro de 2001, institui as ações de educação inclusiva, o NAPNE – rever

BRASIL. MEC/SEMTEC: PCN – Ensino Médio. Brasília, 1999.

BRASIL. MEC/SETEC: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, Brasília, 2010.

HEIJMANS, Rosemary Dore ou DORE, Rosemary; LÜCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de nível médio de Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa Vol. 41 n.144, 2011.

HEIJMANS, Rosemary Dore ou DORE, Rosemary; Projeto: Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar. INEP, 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/observatorio-da-educacao>. Acessado em: 05/02/2014

Haidt, R. C. C. Curso de Didática Geral. São Paulo: ática, 1994.

HOFFMANN, J. O cenário da avaliação no ensino de Ciências, História e Geografia. In: Silva, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (orgs.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico Brasil, 2013.

IFMT. Organização Didática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), Cuiabá, 15 de dezembro de 2014.

IFMT. Resolução Nº 023 de 06 de julho de 2011, Normativa para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação de Mato Grosso.

IFMT. Resolução CONSUP Nº 104 de 15 de dezembro de 2014, que aprova a Organização Didática do IFMT e dá outras providências.

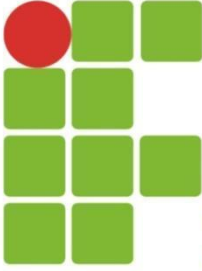
LUCKESI, C. C.. Entrevista concedida à Aprender a Fazer, publicada em *IP – Impressão Pedagógica*, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004.

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2009.

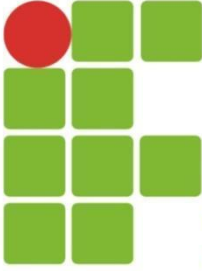
MELCHIOR, M. C. Avaliação Pedagógica: função e necessidade. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

32. ANEXOS

EMENTÁRIO

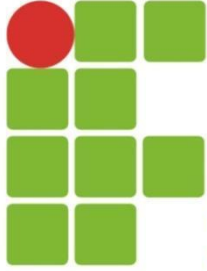
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Produção de texto e leitura	1º semestre	34 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Reconhecer a Língua Portuguesa como instrumento de emancipação e interação social. Desenvolver as habilidades de leitura e da produção de textos em uma abordagem linguístico discursiva, considerando os tipos e os gêneros textuais diversos, com enfoque principal em textos científicos (relatórios, artigo, resumo, resenha etc). Desenvolver habilidades de comunicação escrita em língua portuguesa. Aplicar estratégias de processamento textual, a fim de identificar e avaliar diferentes gêneros discursivos com vistas a ampliar as competências de leitura e produção de textos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBUQUERQUE FILHO, G.C. Piscicultura Continental. Ed. Vega, Belo Horizonte, 138p., 1977. 2. BARD, J.; KIMPE, P. De; LEMASSON, J.; LESSENT, P. Manual de piscicultura para a América e a África Tropicais. Centre Technique Forestier Tropical, Nogent-sur-Marne, França, 183p., 1974. 3. BERTOLETTI, J.J.; BERTOLETTI, A.C.R. Açudes e criação de peixes. PUC-RS, Porto Alegre, 70p. 1978. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, P. Para entender o texto. 17.ed. São Paulo: Ática, 2008. 2. KOCH, I. V.. A coesão textual. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2001. 3. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1993. 270p 4. SOARES, M. B.; CAMPOS, E. N. Técnica de redação. Belo Horizonte: Ao Livro Técnico, 2000. 5. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2000. 144p. 6. SOUZA, L. M.; CARVALHO, S. W. Compreensão e produção de textos. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000 		

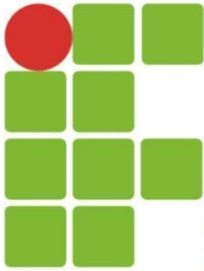
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Piscicultura	1º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Compreensão do funcionamento e assessoramento à empresas e produtores nos diferentes sistemas de criação aquícolas. Estudo do Histórico, importância social e econômica, espécies próprias para piscicultura, instalações e equipamentos, manejo produtivo, reprodutivo, e profilático e noções de limnologia e responsabilidade ambiental. Elaboração de projeto produtivo de piscicultura.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALBUQUERQUE FILHO, G.C. Piscicultura Continental. Ed. Vega, Belo Horizonte, 138p., 1977. 2. BARD, J.; KIMPE, P. De; LEMASSON, J.; LESSENT, P. Manual de piscicultura para a América e a África Tropicais. Centre Technique Forestier Tropical, Nogent-sur-Marne, França, 183p., 1974. 3. BERTOLETTI, J.J.; BERTOLETTI, A.C.R. Açudes e criação de peixes. PUC-RS, Porto Alegre, 70p. 1978. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CASTAGNOLLI, N., CYRINO, J.E.P. Piscicultura nos trópicos. São Paulo: manole 1986. 152p. 2. COWEY, C.B. Exigências de proteínas e aminoácidos pelos peixes. In: Fundamentos de Nutrição de Peixes Livro ceres ed., São Paulo, p. 31-47, 1979. 3. WOYNAROVICH, E. Manual de Piscicultura. CODEVASF, Brasília, 69p., 1985. 4. MEYER, G. et. al. Piscicultura em Tanques-rede. EMBRAPA, 2009. 120 p. 5. NUTRIAQUA: nutrição e alimentação de espécies de interesse para a aquicultura brasileira / Débora Machado Fracalossi & José Eurico Possebon Cyrino [editores]. – 1ª edição ampliada. – Florianópolis: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2013. Xxiii,375p. 		

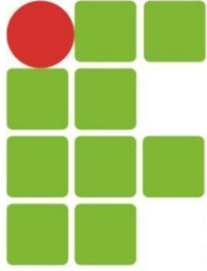
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Topografia e Georreferenciamento	1º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Levantamentos topográficos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos. Sistemas de coordenadas. Medição de ângulos e distâncias. Etapas, métodos e instrumentos para a realização de levantamentos topográficos. Operações topográficas de campo e escritório. Planta topográfica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia Geral. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. ISBN: 9788521615613. (10 exemplares na biblioteca).</p> <p>2. FRENCH, T.E.; VIERCK, C.J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 9 ed. São Paulo: Editora Globo, 2005. ISBN: 9788525007331. (10 exemplares na biblioteca).</p> <p>3. MENDES, C.A.B.; CIRILO, J. A. Geoprocessamento em Recursos Hídricos: princípios, integração e aplicação. Porto Alegre: ABRH, 2001. Cap2: Estrutura de dados geográficos.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>1. BORGES, A.C. Exercícios de Topografia. 3 ed. São Paulo: Editora Blucher, 1975. ISBN: 9788521200895. (3 exemplares na biblioteca).</p> <p>2. ESPARTEL, L.; LUDERITZ, J. Caderneta de campo. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1983. (3 exemplares na biblioteca).</p> <p>3. ASSAD, ED; SANO, EE, ed. Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura 2ed Brasília: EmbrapaSPI/EmbrapaCPAC, 1998</p> <p>4. PINA, Maria de Fátima; CRUZ, Carla Madureira; MOREIRA, Ronaldo Ismério. Conceitos Básicos de Sistemas de Informação Geográfica e cartografia aplicados à Saúde. Brasília: Organização Panamericana da Saúde, Ministério da Saúde, 2000. (biblioteca)</p> <p>5. RODRIGUES, Marcos. Introdução ao Geoprocessamento. Anais. Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento. Universidade de São Paulo. 1990. p. 1-26 p.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Fundamentos de Construções e Instalações Rurais	1º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Elaboração de orçamento quantitativo de materiais de construção, análise de planta baixa, cortes, perspectiva, localização e orientação. Normas técnicas da ABNT e conhecimentos de materiais de construção. Etapas da construção de uma edificação rural. Projeto de fossa séptica, bueiros, cercas, porteiras, etc. Instalações zootécnicas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Carneiro, Orlando. Construções rurais. 8º Ed. São Paulo: Editora Nobel 1979. 2. Pereira, Milton Fisher. Construções rurais. 4º Ed. São Paulo: Editora Nobel 1979. 3. BANET. Benfeitorias de uso Geral. 2007. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Guia de construções rurais à base de cimento. Fascículo 1- Benfeitoria de uso geral, Associação Brasileira de Cimento Portland. 2. Guia de construções rurais à base de cimento. Fascículo 2- Como usar os materiais, Associação Brasileira de Cimento Portland. 3. Guia de construções rurais à base de cimento. Fascículo 1- Benfeitoria para bovinocultura, Associação Brasileira de Cimento Portland. 4. BUENO, C.F.H. Tecnologia de materiais de construção. Viçosa, MG: UFV. 2002.40p. 5. PEREIRA, M. F. Construções rurais. São Paulo: Ed. Nobel, 1999, 104p. 6. CARNEIRO, O. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1982, 719. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Avicultura	1º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Compreensão do funcionamento e assessoramento à empresas avícolas e produtores nos diferentes sistemas de criação. Estudo do histórico e noção de sanidade animal, nutrição, melhoramento genético e características anatômicas das aves. Elaboração de projeto produtivo de avicultura tanto de corte quanto de postura.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. CERATTO, Valmor. Visão Prática da Avicultura. Maringá-PR, 112 pg, 1ª Edição, 2011. 2. ENGLERT, Sérgio Inácio. Avicultura: tudo sobre raças, manejo e nutrição. 7 ed. Editora Guaíba Agropecuária, 1998. 3. MALAVAZZI, Gilberto, Avicultura: manual prático, Ed. Nobel 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SANTOS, Gilberto José dos, MARION, José Carlos, SEGATTI, Sonia. Administração de custos na Agropecuária. 4 ed. São Paulo. Editora Atlas – 2009. 2. TORRES, Alcides Di Paravicini, Alimentos e nutrição das aves domésticas, 2ª Ed. Nobel. 3. MENDES, A.A.; NÄÄS, I. A.; MACARI, M. Produção de frangos de corte. Campinas, SP: FACTA, 2004. 356p. 4. MARQUES, D. Fundamentos básicos de incubação industrial. São Paulo: CASP, 1994. 143p. 5. CONFERÊNCIA APINCO 2005 DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLA, 2005, Santos. Anais... Campinas: FACTA, 2005 v.1 e 2. 6. CONFERÊNCIA APINCO 2006 DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLA, 2006, Santos. Anais... Campinas: FACTA, 2006. 		

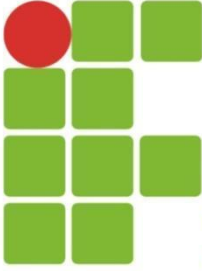
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Olericultura I	1º semestre	51 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>O solo como meio de produção de plantas. Contextualização dos fatores e processos de formação de solos e sua morfologia. Conceito de fertilidade e classes de fertilidade dos solos. Matéria orgânica do solo. Macronutrientes e micronutrientes do solo. Avaliação do estado nutricional de plantas. Métodos de avaliação da fertilidade do solo. Interpretação da análise de solo. Recomendações de corretivos e adubos com base em análise de solo. Adubação com resíduos orgânicos. Adubos verdes.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. NOVAIS, R. F.; ALVAREZ, V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R. L.; CARARUTTI, R. B. e LIMA, J. C. Fertilidade do solo. Sociedade Brasileira de Ciências do Solo. Viçosa/MG. 2007. 1017p.</p> <p>3. RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V., V.H. (Ed.) Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª Aproximação. Viçosa: CFSEMG, 1999. 359 p</p> <p>2. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: oficina de Textos, 2002. 178p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>1. COMISSÃO DE FERTILIDADE DO SOLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Recomendação para o Uso de Corretivos e Fertilizantes em Minas Gerais. (5ª Aproximação). Viçosa, 1999, 359p.</p> <p>2. EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição Mineral de Plantas: Princípios e Perspectivas. 2. ED. Londrina: Editora Planta, 2006.403p.</p> <p>3. SOUZA, D. M. G e LOBATO, E. Cerrado: correção do solo e adubação. 2ª edição, Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológica. 2004. 416p.</p> <p>4. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. (4ª ed.). São Paulo: Ícone. 1999. 355p</p> <p>5. GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação dos Solos. Conceitos, Temas e Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 340 p.</p> <p>6. RESENDE, M.; CURTI, N.; REZENDE, S.B.de; CORRÊA, G.F. Pedologia: Base para distinção de ambientes. 5ª ed. Editora UFLA, 2007. 322p.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Uso, Manejo e Conservação do Solo e da Água	1º semestre	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>A importância e sustentabilidade do uso, manejo e conservação do solo e água em bacias hidrográficas. Potencial e Limitações de cultivo dos Solos Tropicais. Adensamento e compactação do solo. Erosão do solo. Práticas edáficas, mecânicas e vegetativas de recuperação e conservação do solo e da água. Sistema convencional e sistema plantio direto de preparo do solo. Planejamento do uso da terra.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. São Paulo, 5a.edição. Icone, 2005. 355p. 2. GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.da; BOTELHO, R.G.M. (Orgs). Erosão e conservação dos solos - conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p. 3. SANTOS, R. D. et al. Manual de descrição e coleta de solo no campo. SBCS, 1996. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 2. LIBARDI, P. L. Dinâmica da água no solo, 1a ed. Piracicaba-SP. 1995. 497p. 3. RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B. de; CORRÊA, G. F. Pedologia: Base para Distinção de Ambientes. 5ª edição. Viçosa: NEPUT, 2007. 322 p. 4. PIRES, F.R.; SOUZA, C.M. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. 2ed. Ampl. e Rev. Viçosa: Suprema Gráfica Editora, 2006. 216p. 5. RADO, H. Solos tropicais. Potencialidades, limitações, manejo e capacidade de uso. Piracicaba: H. do Prado, 1995. 166 p. 6. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: oficina de Textos, 2002. 178p. 		

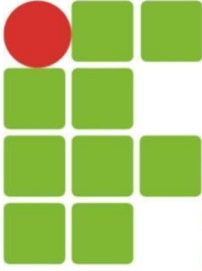
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Olericultura II	2º semestre	51 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Implantação e condução técnica, nos seus diversos aspectos, das principais culturas olerícolas cultivadas em Mato Grosso.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. BORNE, H. R. Produção de mudas de hortaliças. Guaíba: Agropecuária, 1999. 189p. 2. FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa/MG: UFV, 2003. 412p. 3. PIMENTEL, A. A. M. P. Olericultura no trópico úmido: hortaliças na Amazônia. São Paulo: Agronômica Ceres, 1985.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>1. CHITARRA, M. I. F. & CHITARRA, A. B. Pós-colheita de Frutos e Hortaliças: Fisiologia e Manuseio. Lavras, FAEPE, 1990, 310p. 2. SOUZA, J. L.; RESEA, P. Manual de Horticultura Orgânica. 2 ed. Aprenda fácil. Viçosa-MG. 2006. 3. REVISTA BRASILEIRA DE HORTICULTURA. Brasília, DF: Sociedade De Olericultura Do Brasil. 4. FONTES, P C R. Olericultura: teoria e prática. UFV, Viçosa. 2005. 1.ed. 486p. 5. GOTO, R.; TIVELLI,S.W. Produção de hortaliças em ambiente protegido: condições subtropicais. UNESP, Jaboticabal, 1998. 320p.</p>		

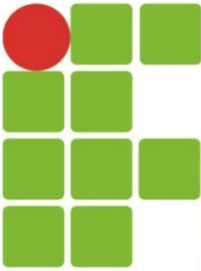
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Mecanização Agrícola	2º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Conhecimento, identificação, operação e regulagem de maquinário destinado ao uso agrícola.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. BALASTREIRE, L.A. Máquinas Agrícolas. São Paulo: Manole, 2005. 310p. 2. FERNANDES, H. C., VILIOTTI, C. A. Práticas de Eng 338- Mecânica e Mecanização Agrícola. Departamento de Engenharia Agrícola, UFV. Viçosa. 2005. 55p. 3. SILVEIRA, G. M. Preparo de Solo: Técnicas e Implementos. Editora Aprenda Fácil. Viçosa, MG. 2001. 299p.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>1. MIALHE, L.G. Máquinas Motoras na Agricultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. Vol I e II. 2. PORTELLA, J.A. Colheita de grãos mecanizada: implementos, manutenção e regulagem. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 190 p 3. SILVEIRA, G.M. Máquinas para plantio e condução das culturas. Viçosa: Aprenda. Fácil, 2001. 334 p. 4. SILVEIRA, G.M. Os cuidados com o trator. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 309p 5. GADANHA JR., C.D.; et al. Máquinas e Implementos Agrícolas do Brasil. São Paulo: NSI-MA/IPT/CIENTEC, 1991, 468 p. 6. MIALHE, L.G. Máquinas Agrícolas - Ensaios e Certificação, CNPq / FEALQ, 1996.</p>		

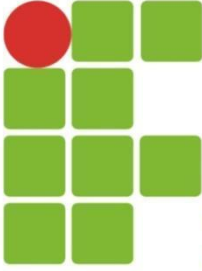
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Irrigação e Drenagem	2º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Aquisição de domínio das habilidades e relacionamento das tecnologias referentes à implantação, manutenção e avaliação de sistemas de irrigação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BERNARDO, S. Manual de irrigação. 4. ed. Viçosa: Impr. Univ., 1986. 463 p. 2. BERNARDO, S. Irrigação por aspersão, Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1980. 85 p. 3. BERNARDO, S. Irrigação por aspersão. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE MÉTODO DE IRRIGAÇÃO PARA O NORDESTE, 1.; 19788. Fortaleza. 24 p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALVES SOBRINHO, T. Desenvolvimento de um infiltrômetro de aspersão portátil. Viçosa: UFV, 1997. 85 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997. 2. BERNARDO, S. Água no solo. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1980. 28 p. (Boletim de Extensão 1). 3. BERNARDO, S. Condução de água para irrigação. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV 1979. 63 p. 4. BARRETO, A.N. Irrigação e Drenagem na Empresa Agrícola. 1 ed. Aracaju: Embrapa, 2004, 418 p. 5. MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F. Irrigação: princípios e métodos. 2 ed. Viçosa: UFV, 2007. 358 p. 6. PRUSKI, F.F. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. Viçosa: UFV, 2009, 240 p. 		

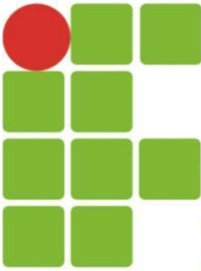
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino</p> <p align="center">Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Culturas Anuais	2º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Implantação e condução técnica, nos seus diversos aspectos, de lavouras das principais culturas anuais cultivadas em Mato Grosso.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. São Paulo, 5ª edição. Icone, 2005. 355p. 2. ARANTES, N. E.; SOUZA, P. I. M. A cultura da soja nos cerrados. Piracicaba, SP: Associação Brasileira para pesquisa da potassa e fosfato, 1993, 535 p. 3. BELTRÃO, N. E. M. (Org). O Agronegócio do Algodão no Brasil. Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 1999, 491 p. (Vol. I e II). 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DEUBER, R. Ciência das plantas daninhas: Fundamentos. Funep, 1992. 431 p. 2. RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S.B. de; CORRÊA, G. F. Pedologia: Base para Distinção de Ambientes. 5ª edição. Viçosa: NEPUT, 2007. 322 p. 3. PIRES, F.R.; SOUZA, C.M. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. 2ed. Ampl. e Rev. Viçosa: Suprema Gráfica Editora, 2006. 216p. 4. HARRI, L. Manual de Identificação das plantas daninhas: Plantio direto e convencional. Ed. 50 – Nova Odesa, São Paulo. 2000. 5. KISSMANN, K.G.; GROTH, D. Plantas infestantes e nocivas: Vol. I, II, III. BASF, 2000 OLIVEIRA Jr, R.S.; CONSTANTIN, J. Planta daninha e seu manejo. Ed. Guaíba: Agropecuária, 2001. 362 p. 		

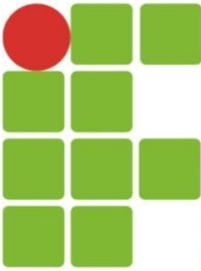
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Suinocultura I	2º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Compreensão do funcionamento e assessoramento à empresas e produtores nos diferentes sistemas de criação suínolas. Conhecimento do histórico, da importância social e econômica, das raças próprias para a suinocultura, do melhoramento genético, das Instalações e equipamentos. Manejo produtivo e reprodutivo dos suínos. Manejo dos dejetos e sistemas de controle da produção.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. OLIVEIRA, P.A.V. de, LIMA, G.J.M.M. de, FÁVERO, J.A. Suinocultura – noções básicas. Concórdia, SC:Embrapa-CNPISA, 1993. 37p. (EMBRAPA-CNPISA,. Documentos, 31). 2. SOBESTIANSK, J., WENTZ, I., SILVEIRA, P.R.S., SESTI, L.A. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília:Embrapa-SPI; Concórdia:Embrapa - CNPISA, 1998.388p. 3. BONETT, L.P., MONTICELLI, C.J. Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde.Brasília:Embrapa-SPI; Concórdia, 1997, 243p. (Coleção 500 perguntas 500 respostas). 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SOBESTIANSK, J, BARCELLOS, D., MORES, N., CARVALHO, L.F., OLIVEIRA, S. de, Clínica e Patologia Suína. Goiânia: Art3, 2001. 464p. 2. LIMA, J.A.F. Suinocultura. Lavras-MG, ESAL/FAEP, 1991. 161 p. 3. HAFEZ, E.S.E; HAFEZ, B. Reprodução Animal. 7. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. 513 p. 4. JUNIOR, J. G. C. SILVA, A. B. Manejo de Leitões – Da Maternidade à Terminação. Brasília: Editora LK, 2006. 80 p. 5. ROSTAGNO, H. S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. Viçosa, MG: UFV, 2011. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Bovinocultura I	2º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Importância social e econômica da bovinocultura de leite no Brasil. Origem e classificação de raças com aptidão leiteira de maior expressão econômica. Sistemas de criação, instalações; manejo produtivo, reprodutivo e nutricional; manejo da ordenha. Escrituração Zootécnica. Melhoramento genético. Projeto produtivo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Polycarpo, R. C. Aumento de frequência de ordenha no início da lactação. milkpoint.com.br, radares técnicos, produção animal. 2. Alves, M. de A. e Filho, J. A. Delfino; Influencia de ambientes no conforto de vacas leiteiras; milkpoint.com.br, radares técnicos, bem estar e comportamento animal. 3. Polycarpo, R. C. Estratégias para amenizar o estresse calórico. milkpoint.com.br, radares técnicos, bem estar e comportamento animal. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pereira, B. C. e Moreno, L. S. de B; Pastejo rotativo: duas fixos e altura como ferramenta de manejo; milkpoint.com.br, radares técnicos, pastagens; 2. Martinez, J. C. Guia rápido para nutrição de vacas leiteiras; milkpoint.com.br; radares técnicos, nutrição animal; 3. Martinez, J. C. Formulação de rações para vacas leiteiras I e II; milkpoint.com.br, radares técnicos, nutrição animal. 4. GOTTSCHELL, C.S. Produção de Novilhos Precoces – Nutrição, Manejo e Custos de Produção. Guaíba: Ed. Agropecuária. 2001. 5. AUAD, A.M. et al. Manual de bovinocultura de leite / Alexander Machado Auad...[et al.]. - Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2010. 608p. 6. NEIVA, R.S. Produção de bovinos leiteiros: planejamento, criação, manejo. 2a ed. Lavras: UFLA, 2000. 514p. 		

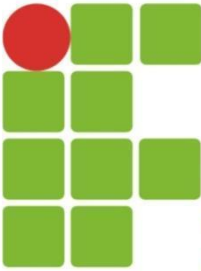
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Experimentação agropecuária	2º semestre	34 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Unidades de medidas aplicadas a agropecuária. Sistema internacional de unidades. Estatística descritiva. Representação tabular e gráfica. Noções de amostragem. Princípios básicos de experimentação: repetições, casualização e blocos; unidade experimental; tratamento. Planejamento e manejo de experimentos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Banzatto, D. A.; Kronka, S. N. Experimentação agrícola. 4.ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 237p. 2. TRIOLA, M. F. Introdução a Estatística. 10a ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2008. 696 p. 3. MARTINS, G. A. Estatística geral e aplicada. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005. 428p 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. FONSECA, J.S.; MARTINS, G.A. Curso de Estatística. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 320p. 2. BARBIN, D. Planejamento e análise estatística de experimentos agrônômicos. Arapongas: Editora Midas, 2003. 208 p. 3. CALEGARE, A. J. de A. Introdução ao delineamento de experimentos. São Paulo ; Edgard Blucher, 2001 4. GOMES. F. P. A estatística moderna na pesquisa agropecuária. Piracicaba: Potofos, 1984. 160p. 5. MILONE, G. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Thormson Learning (Pioneira), 2003. 498p. 		

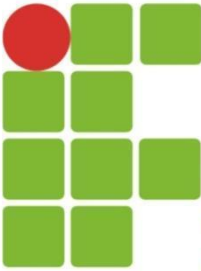
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Culturas Perenes	3º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Implantação e condução técnica, nos seus diversos aspectos, de pomares/lavouras das principais culturas perenes desenvolvidas em Mato Grosso.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. SIQUEIRA, D. L. de. Planejamento e implantação de pomar. Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2003. 172p. 2. GOMES, R. P. Fruticultura brasileira. São Paulo, Nobel, 2007. 446 p. 3. RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V., V.H. (Ed.) Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª Aproximação. Viçosa: CFSEMG, 1999. 359 p 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. PAULA JÚNIOR, T. J.; VENZON, M. 101 culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010 (reimpressão). 800p. 2. SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760p. 3. FACHINELLO, J. C. <i>et. al.</i> Propagação de plantas frutíferas de Clima Temperado, 2ª ed., Pelotas: UFPEL, 1995. 178p. 4. SOUSA, J.S. Poda das plantas frutíferas - 12ª ed São Paulo: Nobel 1983 224 p. 5. GALVÃO, A. P. M. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2000. 351p. 6. MANICA, I. Fruticultura em pomar doméstico, planejamento, formação e cuidados. Porto Alegre: RIGEL 1993 143p. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino</p> <p align="center">Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Bovinocultura II	3º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Importância social e econômica da bovinocultura de corte no Brasil. Origem e classificação de raças com aptidão de corte de maior expressão econômica. Sistemas de criação, instalações; manejo produtivo, reprodutivo e nutricional;. Escrituração Zootécnica. Melhoramento genético. Projeto produtivo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. DOMINGUES, F.D.; LANGONI, H.. Manejo sanitário animal. Rio de Janeiro: EPUB/BIOMÉDICA, 2001. 210 p. 2. KINGHORN, B., WERF, J.V.D., RYAN, M. Melhoramento animal: uso de novas tecnologias. Piracicaba: FEALQ. 367p. 2006. 3. MANUAL MERCK DE VETERINÁRIA. Um manual para o diagnóstico, tratamento, prevenção e controle de doenças para o veterinário. São Paulo: Roca, 1991. 1803p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. MARQUES, D.C. Criação de bovinos. 7a ed. Belo Horizonte: CVP – Consultoria Veterinária e Publicações, 2006. 586p. 2. PEREIRA, J.C.C. Melhoramento genético aplicado à produção animal. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 416p. 2001. 3. FRANDSON, R.D., WILKE, W.L., FAILS, A.D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 454p. 4. LEDIC, I.L. Manual de Bovinotecnia leiteira. Alimentos: Produção e Fornecimento. São Paulo: Varela, 2002.160p. 5. FRANDSON, R.D., WILKE, W.L., FAILS, A.D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 454p. 6. HAFEZ, E.S.E., HAFEZ, B. Reprodução animal. 7ª ed. Barueri: Manole, 2004. 513p. 		

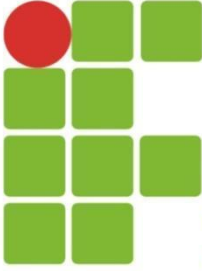
 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Suinocultura II	3º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Estudo da nutrição dos suínos nas diversas fases de produção, e Elaboração de projetos produtivos de uma suinocultura.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>1. OLIVEIRA, P.A.V. de, LIMA, G.J.M.M. de, FÁVERO, J.A. Suinocultura – noções básicas. Concórdia, SC: Embrapa-CNPSA, 1993. 37p. (EMBRAPA-CNPSA,. Documentos, 31).</p> <p>2. SOBESTIANSK, J., WENTZ, I., SILVEIRA, P.R.S., SESTI, L.A. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: Embrapa-SPI; Concórdia: Embrapa - CNPSA, 1998. 388p.</p> <p>3. BONETT, L.P., MONTICELLI, C.J. Suínos: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: Embrapa-SPI; Concórdia, 1997, 243p. (Coleção 500 perguntas 500 respostas).</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>1. SOBESTIANSK, J, BARCELLOS, D., MORES, N., CARVALHO, L.F., OLIVEIRA, S. de, Clínica e Patologia Suína. Goiânia: Art3, 2001. 464p.</p> <p>2. LIMA, J.A.F. Suinocultura. Lavras-MG, ESAL/FAEP, 1991. 161 p.</p> <p>3. HAFEZ, E.S.E; HAFEZ, B. Reprodução Animal. 7. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2004. 513 p.</p> <p>4. JUNIOR, J. G. C. SILVA, A. B. Manejo de Leitões – Da Maternidade à Terminação. Brasília: Editora LK, 2006. 80 p.</p> <p>5. ROSTAGNO, H. S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. Viçosa, MG: UFV, 2011.</p>		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Extensão Rural	3º semestre	34 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Fundamentos da Extensão Rural. Mudança social. Desenvolvimento, modernização e dualismo. Metodologia da extensão rural. Comunicação e mudança social. Difusão de inovações e desenvolvimento de comunidades rurais. Mudanças no mundo do trabalho. O trabalho em equipe e em cooperação. Autogestão. Noções de comercialização e de gestão financeira para associações. Problemas e perspectivas do associativismo brasileiro.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRAGA, G. M. Metodologias de Extensão Rural. Viçosa, UFV, 1986. 2. BROSE, M. (Org.) Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. 3. SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ASHOKA; McKINSEY. Empreendimentos Sociais Sustentáveis: como elaborar Planos de Negócio para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis, 2001. 2. ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: EDUSP, 2008. 3. CRÚZIO, H. O. Como organizar e administrar uma cooperativa. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001. 4. BURKE, J.T.; MOLINA FILHO, J. Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência técnica a agricultura. Piracicaba, US, 1988. p.39-44, p.11-49. 5. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? São Paulo, Editora Paz e Terra, 1988. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino</p> <p align="center">Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Forragicultura e Pastagem	3º	68 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Estudo da Importância da forragicultura e da pastagem. Conhecimento das atividades envolvidas na implantação reforma e utilização das pastagens. Importância socioeconômica e ambiental das forrageiras. Principais gramíneas e leguminosas forrageiras. Conservação de forragem. Integração Lavoura-Pecuária.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. RIBEIRO, A.C.; GUIMARÃES, P.T.G.; ALVAREZ V., V.H. (Ed.) Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª Aproximação. Viçosa: CFSEMG, 1999. 359 p 2. CRUZ, J. C.; PEREIRA FILHO, I. A.; RODRIGUES, J. A. S. et al. Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas, Embrapa Milho e Sorgo, 2001. 544p. 3. MARTHA JÚNIOR, G. B.; VILELA, L. & SOUSA, D. M. G. de. Cerrado – uso eficiente de corretivos e fertilizantes em pastagens. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2007. 224p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico de pastagens. Livraria Nobel, São Paulo, 1984. 184p. 2. MORAIS, Y. J. B. Forrageiras: conceitos, formação e manejo. Guaíba Agropecuária, 1995. 211 p. 3. PENATI, M. A., CORSI, M., JÚNIOR MARTHA, G. B., SANTOS, P. M. Manejo de plantas forrageiras no pastejo rotacionado. In: SIMPÓSIO SOBRE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE 1, Goiânia, 1999. Anais... Goiânia: CBNA, 1999. p. 123-144. 4. KLUTHCOUSKI, J.; STONE, L. F. & AIDAR, H. Integração Lavoura – Pecuária. Santo Antônio de Goiás, Embrapa Arroz e Feijão, 2003. 570p. 5. FONSECA, D.M.; MARTUSCELLO, J.A. Plantas forrageiras / Dilermando Miranda da Fonseca, Janaina Azevedo Martuscello, Editores. - Viçosa: Ed. UFV, 2010. 537p. 6. MACHADO, L.A.Z. Manejo de pastagem nativa. Guaíba: Ed. Agropecuária Ltda, 1999. 158p. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO <i>Campus Cáceres</i></p>	<p align="center">EMENTA</p> <p align="center">Departamento de Ensino</p> <p align="center">Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Gestão da Unidade Rural	3º	51 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Contextualização da agropecuária globalizada. Introdução à Administração. Administração da produção das unidades rurais e agroindustriais. Escolha da Atividade Produtiva. Crédito e Administração de Custos na Unidade Rural. Integração com o Setor Agroindustrial. Gestão de recursos humanos. Empreendedorismo: perfil e características de um empreendedor. Legislação tributária, agrícola, sanitária, agrária e outras pertinentes.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BATALHA, M.O. (Org.). Gestão Agroindustrial. Vol. I; 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997. 2. CREPALDI, S.A. Contabilidade Rural. São Paulo: Atlas, 1993. 3. CERTO, S.C.; PETER, J.P. Administração Estratégica: Planejamento e implantação da estratégia. Trad. Flávio DeniSteffen. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1993. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. HALL, R.H. Organizações: Estruturas e Processos. 3ed. São Paulo: Prentice-Hall. 1984. 2. HOFFMANN, R.; ENGLER, J.C.; SERRANO, O.; THAMER, A.C.M.; NEVES, E.M. Administração de Empresa Agrícola. São Paulo: Pioneira, 1984. 3. KOTLER, P. Administração de marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice-Hall, 2000. 764p. 4. MARION, J.C.; SANTOS, G.J. Administração de Custos na Agropecuária. São Paulo: Atlas, 1993. 5. RONALD, D.J. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial. São Paulo: McGraw – Hill, 1989. 6. SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Administração da Empresa Rural: ambiente externo. Coleção Senar; 139. Brasília: Senar. 2009. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	<p align="center">EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio</p>	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
Processamento de Produtos Agropecuários	3º	51 horas
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>A tecnologia de processamento de alimentos como suporte de sustentação da cadeia produtiva do agronegócio e da segurança alimentar da população. Introdução a industrialização dos alimentos. Métodos de conservação. Higiene e Boas práticas de fabricação. Microbiologia dos alimentos e doenças transmitidas por alimentos. Alterações nos alimentos. Tecnologia de transformação dos principais produtos de origem vegetal e animal.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. São Paulo: ATHENEU, 2008, 652p. 2. FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos. Porto Alegre: ARTMED, 2006. 602p. 3. GAVA, A.J.; SILVA, C.A.B.; FRIAS, J.R.G. Tecnologia de Alimentos. Princípios e Aplicações. São Paulo: NOBEL, 2008. 511p. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. ARAÚJO, J.M.A. Química de Alimentos. Teoria e Prática. Viçosa: EDITORA DA UFV, 2008. 596 p. 2. DAMADARAN, S.; PARKIN, K.L. FENNEMA, O. Química de Alimentos de Fennema. 4ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 900 p. 3. JAY, J.M. Microbiologia de Alimentos. 6ed. Porto Alegre: ARTMED, 2005. 652 p. 4. ORDOÑEZ, J.A. Tecnologia de Alimentos - Alimentos de Origem Animal. Vol. 2. Porto Alegre: ARTMED, 2005. 294p. 5. RIBEIRO, E.P.; SERAVALLI, E.A.G. Química de Alimentos. 2ed. São Paulo: EDGARD BLUCHER, 2007. 184p. 		

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA MATO GROSSO Campus Cáceres</p>	EMENTA Departamento de Ensino Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio	
IDENTIFICAÇÃO		
DISCIPLINA	SEMESTRE	CARGA HORÁRIA
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	Optativa	30
DESCRIÇÃO/EMENTA		
<p>Modelos educacionais na educação de surdos. Características básicas da fonologia da LIBRAS – Configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. Cultura e identidades surdas: identificações e locais das identidades (família, escola, associação, etc.). A questão do bilinguismo: português e língua de sinais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. 2. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, v. I: sinais de A a L e v. II: sinais de M a Z. 2001 . 3. CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição histórica da língua de sinais brasileira: século XVIII ao XXI. Mundo & Letras, José Bonifácio/SP, v. 2, p. 8-25, Julho/2011. 4. GÓES, Maria C. R. de. Linguagem, surdez e educação. 2 ed., Campinas: Autores Associados, 1999. 		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL. Lei n. 10436 de 24 de abril de 2002. 2. FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. 3. GUARINELLO, Ana Cristina. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007. 4. FELIPE, Tânia A. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Libras em Contexto: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007. 5. HONORA, Márcia; FRIZANCO. Mary Lopes Esteves. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. 6. LACERDA, Cristina B.; GÓES, Maria Cecília Rafael de (orgs). Surdez, processos educativos e subjetividade. São Paulo: Editora Lovise, 2000. 		

